



Cj
cel
/s

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º3/2023

(Mandato 2021/2025)

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de trinta de junho de dois mil e vinte e três, realizada no auditório do Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros.

Presidente – *Camilo António Morais*

Primeiro Secretário – *José Carlos Vasco Jecas*

Segundo Secretário – *Celina da Conceição de Sá Martins*

Eram catorze horas e quarenta minutos quando, nos termos do n.º 1 alínea c) do art.º 30.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, verificada a existência de quórum, declarou aberta a sessão e deu conhecimento à Assembleia Municipal dos pedidos de substituição dos Deputados Municipais: -----

Ana Cristina Moura Xavier Fernandes; Carlos Alberto Maravilha Azevedo, Carlos Manuel Lourenço Rodrigues, Maria José Vieira Teodoro Moreno, João Nuno Ferreira Pires e Jacinta Lúcio Catarino Lopes, que foram substituídos, respetivamente, por Paulo Jorge Ferreirinha, Dinis António Tiago Sarmento, Paula Cristina Ferreira Martins, Francisco Castanheira Pinto, Libânia de Jesus Telo Rosa e Beatriz Isabel Mata Pires. -----

Por impossibilidade de estarem presentes o Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Cortiços, *José Manuel Fernandes*, fez-se substituir pelo Secretário da Junta de Freguesia, *José Miguel Príncipe Faria Mascarenhas*, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros, *Sérgio Ramos Borges*, fez-se substituir pelo Secretário *João Pinela* e o Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Castelãos e Vilar do Monte, *Carlos Maceda*, pela Tesoureira *Gilda Maria da Costa Gaspar* -----



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

Faltaram à sessão com apresentação de justificação à Mesa da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Olmos, *Abel Francisco Paulos Rocha* e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Talhas, *Inácio de Jesus Roma*. -----

Estiveram também presentes o Presidente da Câmara Municipal, os Vereadores da Câmara Municipal em regime de permanência, *Rui Alexandre Serapicos Vilarinho*, *Sónia de Jesus Afonso Salomé*, *Paulo José Castro Rogão*, e os Vereadores em regime de não permanência, *Clementina Augusta Marçal Gemelgo* e *Edgar Manuel Rodrigues Fragoso*. -----

Verificada a lista de presenças, dela constavam 59 Deputados Municipais: *Camilo António Moraes*, *Manuel António Carvalho Machado*, *Celina da Conceição de Sá Martins*, *Rogério Paulo Talhas Pires*, *Patrícia Alexandra Nunes Cordeiro*, *Manuel António de Sá Mico*, *Paulo Jorge Ferreirinha*, *Duarte Ferreira Dias*, *Vera Cristina Amaral Gabriel*, *Luís Miguel Pereira Vaz*, *Carlos Alberto Fernandes*, *Dinis António Tiago Sarmiento*, *Sandra Cristina Batista Matos*, *Ilídio João Alves*, *Maria Inácia Ferreirinha*, *José António da Silva Madalena*, *Maria da Assunção Gemelgo Correia*, *Cláudio Miguel Bento Trovisco*, *Francisco Castanheira Pinto*, *Margarida Rosa Fortuna Parra Pires*, *António João Alves Trovisco*, *José Luís Gonçalves Tomé Afonso*, *Lília Margarida Pereira da Silva*, *Sandra Maria Esteves Nascimento Franco*, *Paula Cristina Ferreira Martins*, *Beatriz Isabel Mata Pires*, *Libânia de Jesus Telo Rosa*, *Amâncio dos Santos Rocha*, *Daniela de Almeida Rebelo*, *Manuel Jorge Machado Olaio*, *António José Costa Vila Franca*, *Francisco Inácio Alves Oliveira*, *José Carlos Vasco Jecas*, *Maria Adelaide Serra Carvalho*, *Andreia Isabel Moraes Eugénio*, *José Miguel Príncipe Faria Mascarenhas*, *Miguel Afonso Gomes Reis*, *António Luís Gomes*, *Acácio Alberto Correia Moraes*, *Nuno José Nunes Trindade*, *Betina Maria de Sá Gonçalves*, *Leonardo do Nascimento Vila Franca*, *Miguel Ângelo Caseiro*, *João Batista Pinela*, *Ramiro Borges Valadar*, *João José Cunha Pinto*, *Jorge Luís Pinto*, *Luís Manuel Costa Rodrigues*, *Carla Alexandra Dias Miranda*, *Fátima Raquel Eusébio Costa*, *João Francisco Reis*, *Andreia Susana Amaro Baptista*, *João Luís Diogo Salsas*, *Júlio Manuel Curopos Quintela*, *Gilda Maria da Costa Gaspar*, *David da Silva Martins*, *João Manuel Rodrigues Alves* e *Jorge Orlando Pires Asseiro*. -----

Antes do início do plenário o Sr. Presidente da Assembleia Municipal comunicou o falecimento do Sr. Mário Teles, Ex-Presidente da Junta de Freguesia de Moraes, eleito



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

Handwritten signature and initials in the top right corner.

pelo PSD, endereçou condolências à família e pediu um minuto de silêncio em sua homenagem. -----

Cumprido o minuto de silêncio, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** informou que a correspondência recebida pela Assembleia Municipal se encontrava disponível, na mesa de apoio à sessão para consulta e indagou os presentes no sentido de pretenderem intervir relativamente à ata n.º 2 da sessão ordinária do dia 28 de abril de 2023, previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

Abertas as inscrições e não havendo inscritos, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a ata da 2ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada a 28 de abril de 2023, a votação. A mesma foi aprovada por maioria com uma abstenção.-----

PONTO UM - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

(Artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de doze de setembro)

Abertas as inscrições, usaram da palavra: -----

O Deputado *Ramiro Borges Valadar*, membro do Grupo Parlamentar do PS que agradeceu a homenagem prestada ao seu conterrâneo, “uma perda muito sentida na aldeia” com quem teve “o privilégio de trabalhar durante oito anos”. De seguida o Sr. Deputado aludiu à Feira da Agricultura e ao seu sucesso, nomeadamente no que concerne à representação de marcas de alfaías agrícolas e de tratores. “Houve quem comparasse a Feira da Agricultura com uma feira da aldeia e nós, que somos Presidentes de Junta, bem orgulhosos ficamos com a comparação, que nos coloca no patamar da cidade.” O Deputado fez ainda referência ao nível da presença de expositores, tendo sido esta a edição com mais participantes e as conversas com comerciantes da cidade que lhe transmitiram que foram convidados, pela primeira vez, a estar presentes no certame, “o que muito me orgulha e quero dar os parabéns ao Executivo pela organização e a todos os colaboradores, que com trabalho, fizeram desta feira um evento de sucesso”. De seguida dirigiu-se ao Sr. Vice-presidente, manifestando a sua desilusão para com ele e citar uma mensagem de um grupo com assento parlamentar que refere: “tudo isso não passou de um favor pessoal que o Sr. Vice-presidente do município fez à Associação de Bragança fazendo uso de instalações do município. Como já perceberam estou a falar da equipa *Lusos Macedo de Cavaleiros*. Quero saber se esta afirmação é verdadeira e se prestou algum favor



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

pessoal porque se assim foi, é grave, muito grave e quero que explique, à Assembleia, o que se passou com esta equipa e em que ponto estamos com ela”, solicitou. -----

Usou da palavra o Deputado *David da Silva Martins*, membro do Grupo Parlamentar do PSD, para no âmbito do processo de municipalização da água referir que quando se decide municipalizar as águas de uma freguesia é necessário ter em conta inúmeros fatores, sendo um deles a existência de recursos humanos suficientes para resolver as situações, relatando que na sua aldeia, existe um buraco, fruto de uma reparação de fuga de água, há mais de seis meses e que ainda ninguém foi colocar os paralelos. Outro fator necessário é o de perceber se a Câmara tem condições de abastecer, em quantidade e qualidade, as aldeias. O Deputado informou que os seus conceterrâneos estão revoltados porque pagam água que é de nascente, não tratada que antigamente utilizavam gratuitamente. Por último, o Deputado manifestou a sua satisfação com os investimentos nas aldeias, sendo ideia dele de que nunca há obras más, podendo haver obras mal executadas mas que fica “revoltado quando se pensa em refazer largos nalgumas aldeias de pessoas da Câmara, e não se pensa que existem no concelho aldeias que não têm condições mínimas nomeadamente Soutelo, Cabanas e Vilar de Ouro, que não têm saneamento, afirmando que “a prioridade não é dar condições às aldeias que não têm saneamento, mas sim levantar largos só porque alguém do Executivo é dessa aldeia”. -----

A palavra foi passada ao Deputado *Manuel Jorge Machado Olaio*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do Unidos por Macedo que a propósito da intervenção do Deputado *Ramiro Valadar*, acerca da equipa *Lusos Macedo de Cavaleiros*, afirmou “lusos somos todos. Haverá lusos bons e lusos menos bons e neste sentido é necessário perceber quem está bem, e quem não está bem. A segunda hipótese é um caso de polícia”, do qual não vai tratar, pois a sua intervenção foi movida por duas questões: a primeira dirigida ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal manifestando não ter sido contactado para a última reunião da Comissão Permanente, considerando haver “dois pesos e duas medidas” pois já assistiu, em reuniões desta comissão, a telefonemas para pessoas que estavam atrasadas. “Estamos na era da comunicação, eu estava perto e podiam ter telefonado. Só estou em Macedo de Cavaleiros porque fui efeito e gostaria de saber se teve comigo o mesmo critério, ou se tem dois pesos e duas medidas”. A segunda questão, dirigida ao Sr. Presidente da Câmara, no contexto da procissão das festas de S. Pedro, para alertar que é muito mais importante “a misericórdia do que o sacrifício. O que os quatro fizeram na procissão foi um sacrifício



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

Ci
ce
/2

e levar um andor desde a Câmara Municipal até à igreja é um grande sacrifício. É necessário rever os critérios. Seria possível um idoso efetuar aquele percurso? É mais importante a forma como se tratam os idosos e as crianças e até os animais”. Quanto aos animais, o Deputado alertou que existiam na Albufeira do Azibo cães do gado abandonados, assim como em Macedo de Cavaleiros, mas que “alguém fez questão de os envenenar”. Atitude que condena veementemente. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** interveio para, no que diz respeito à afirmação do Sr. Deputado *Manuel Olaio*, que alegou não ter sido contactado para a reunião da Comissão Permanente, para alegar ter a confirmação dos serviços, de que foi contactado por *email* e que se esperou o tempo necessário para dar início à reunião. “No entanto penalizo-me por não lhe ter telefonado”, frisou.-----

Usou a palavra o Deputado *Manuel António de Sá Mico*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do PS para questionar se já existem muitas inscrições para o curso de manutenção de aeronaves, referindo ter ouvido comentários no sentido de não haver muitos inscritos porque a Câmara não está a dar o apoio anunciado. Neste sentido solicitou esclarecimentos acerca dos incentivos e o motivo pelo qual não estão a acontecer “pois trata-se de um curso aliciante”. Quanto ao programa de 1.º Direito, no âmbito da habitação, o Deputado interpelou o Executivo quanto ao processo e solicitou um ponto da situação face à transferência de competências da área social para o município, nomeadamente no que concerne à integração de serviços que se “entendem complexos”. Tendo tomado conhecimento, através das redes sociais, da maquete do pavilhão multiusos, “projeto que orgulha os macedenses”, o Deputado inquiriu se o referido projeto está a “andar e se é para ser candidatado aos próximos fundos comunitários. “Se assim for, é uma excelente forma de terminar o ciclo de obras importantes para o desenvolvimento do Concelho e dar início a outro”, rematou. -----

A palavra passou para a Deputada *Daniela de Almeida Rebelo*, membro eleito do Grupo Parlamentar do CDS-PP que, no âmbito da Estratégia Local de Habitação, questionou qual a fase em que esta se encontra e qual o ponto da situação, face à calendarização, nomeadamente: período de estudo prévio; consulta preliminar e concurso público. “Uma vez que estamos em junho e perfaz agora dois anos, desde a contratualização do primeiro acordo neste âmbito. Ou seja, estamos a meio do período e gostaria que nos informassem”, solicitou. -----



Assembleia Municipal – 3.^a Sessão Ordinária

Usou a palavra a Deputada *Maria da Assunção Gemelgo Correia*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do PSD, que iniciou a sua intervenção mencionando que ficou por esclarecer um assunto colocado pelo Deputado *Ramiro Valadar* que fez referência ao facto de estar aborrecido com o Sr. Vice-presidente não tendo, contudo, explicitado o motivo e que gostaria de ser esclarecida acerca deste, já que o assunto que a move a intervir está alinhado com o assunto que o Deputado referiu na sua intervenção. “Macedo de Cavaleiros foi notícia em toda a imprensa, facto que em nada abonou a reputação do Concelho. A equipa *Lusos de Macedo de Cavaleiros* associada à *BSports*, Academia sobre suspeita de tráfico de seres humanos e de maus tratos a crianças e jovens futebolistas acolhidos naquela Academia. Conhecemos já a posição dos responsáveis da autarquia sobre o assunto, que referiram “aguarda-se, serenamente, o apuramento dos eventuais factos e a comprovarem-se agir-se-á em conformidade”. Sabemos ainda, pela voz do Vereador responsável pelo pelouro do desporto, que o contrato estabelecido com a referida Academia podia trazer ao Concelho mais-valias e que há data da sua celebração, pesou na tomada de decisão, o facto do referido contrato ter sido celebrado com o fundador da Academia, o Sr. Mário Costa, hoje principal arguido no processo e que era, na altura, o Vice-presidente da Associação Geral da Liga Portuguesa de Futebol, o que por si só, pareceu que o tornava pessoa idónea, capaz de colocar as nossas crianças e jovens numa carreira promissora. Se a pessoa em causa ainda não foi julgada, nem condenada, para memória futura pode ficar provado, uma vez mais, que os cargos que se ocupam ou desempenham, nem sempre definem o bom carácter e os princípios das pessoas. Na sequência da sua demissão e das graves acusações que sobre si pesam impunha-se, por parte da autarquia, uma posição clara e firme de rutura imediata com a Academia pela via da anulação do contrato celebrado. Soubemos também, através da última reunião de Câmara, de que houve pelo menos uma reunião com o Sr. Mário Costa para a contratualização com a Academia. Assim, a pergunta que se impõe é esta: Tratando-se de crianças e jovens não foi dada a conhecer esta Academia? Nomeadamente as instalações onde os futebolistas estavam alojados? Parece-nos que deveria ter sido uma prioridade e poderíamos não estar associados a factos que mancham o bom nome de Macedo de Cavaleiros. Considerando todo este envolvimento, que acontece à custa deste contrato com a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e a Academia, aproveitamos para solicitar que o contrato nos seja facultado a fim de termos conhecimento do seu teor”. Terminou. -----



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

lij
et
/z

Usou a palavra o Deputado *João Manuel Rodrigues Alves*, membro do Grupo Parlamentar do PS, para dar felicitar a Câmara Municipal por “estar a tratar muito bem da problemática das algas no Azibo, fazendo o que é possível, pois o ano passado foi motivo para várias Assembleias e, este ano, também há algas no Algarve, o que irá causar alguns constrangimentos porque os algarvios deverão vir todos para Macedo de Cavaleiros, porque aqui o assunto está a ser tratado e no Algarve, conforme ouvi na televisão, ninguém anda a retirar as algas. No entanto, este é de facto um problema já que a subida da temperatura irá levar a que cada vez mais este fenómeno aconteça. Assim recomendo, à Câmara Municipal, que adquira equipamento próprio para a limpeza de algas, ou que estabeleça um contrato com uma entidade privada, durante alguns anos, que permita adquirir equipamento próprio porque esta situação irá repetir-se. Sabemos que o problema está a ser tratado o melhor que se pode, devidamente supervisionado pelo engenheiro responsável pela albufeira mas, como será um problema constante, carece de outro tratamento. Outra situação que me deixa profundamente triste foi a informação transmitida pelo Deputado Manuel Olaio de que os cães que andavam na Albufeira foram envenenados. Desconhecia este facto mas deixo a nota de que os cães que lá andavam estavam a tornar-se agressivos para com os turistas e já tinha alertado o veterinário municipal, que entretanto tentou efetuar a recolha sem sucesso. Alguém decidiu tratar da questão e outra forma, tenho pena”, rematou. -----

A palavra passou para o Deputado *António José Costa Vila Franca*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do Unidos por Macedo, que colocou questões sobre assuntos que o seu grupo gostaria de esclarecer. Assim, e já sendo possível utilizar as Piscinas Municipais cobertas, sendo a taxa de utilização de 2,10€ e nos “concelhos vizinhos, com piscinas olímpicas, o valor unitário é de 1,90 euros”, sugerindo um ajuste do valor praticado de modo a incentivar a utilização das piscinas pelos munícipes. Quanto aos certame, aos quais o município se pretende candidatar, como referimos numa Assembleia anterior, “era importante reunir todos os produtores do Concelho a fim de perceber quem teria interesse em participar. Há relativamente pouco tempo, aquando da Feira em *Nanterre*, nenhum produtor foi contactado. Por fim, e no que toca ao antigo Eco Parque, situado na envolvência da Albufeira do Azibo gostaríamos de saber qual o destino do complexo, que neste momento está ao completo abandono, e pior ainda, frequentemente vandalizado”.-----

Usou a palavra a Deputada *Maria Inácia Ferreira*, membro eleito pelo Grupo



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

Parlamentar do PS para recordar o sucedido no dia 4 de junho, na freguesia de Cortiços, com a passagem de uma intempérie que “deixou rastros de destruição, quer em infraestruturas públicas, quer privadas, para não falar nos prejuízos que causou no setor agrícola, um dos principais meios de subsistência daquelas pessoas. Essa é a terra que me viu nascer, é a minha aldeia, e sinto como minhas as perdas e os prejuízos sofridos por aquelas pessoas, como também sinto como minhas as inúmeras palavras de solidariedade e a pronta resposta da nossa Proteção Civil, na pessoa do Vereador *Paulo Rogão*, da Junta de Freguesia, dos Bombeiros Voluntários e de todos os agentes que estiveram no terreno e que com o seu esforço e dedicação conseguiram mitigar os efeitos do mau tempo. Não podia deixar de aqui, perante todos vós, expressar o meu agradecimento, e das gentes da nossa terra, a todos aqueles que estiveram envolvidos nesta operação, pela pronta resposta, pela eficiência e eficácia demonstrada. No entanto, e apesar do esforço de todos e do excelente trabalho realizado, é preciso não esquecer e que unamos esforços no sentido de continuar a apoiar estas pessoas e esta freguesia porque a tempestade não terminou no dia 4 de junho nem nos dias subsequentes, ou quando conseguiram amontoar paralelos, lavar as ruas e tirar toda a lama, continua para quem perdeu quase tudo. Para quem olha para a sua aldeia é difícil reconhecê-la e mais do que lamentarmos é a hora de unirmos esforços e conseguir os apoios necessários para mitigar os efeitos desta intempérie. Continuem o bom trabalho. Espelhem-nos na pronta resposta dada nos dias seguintes e saibamos corresponder às necessidades dos nossos conterrâneos dos Cortiços. Sei que já foi feito um levantamento das necessidades e enviado às entidades competentes. Quero crer que a resposta estará à altura das necessidades e expectativas da nossa gente e da nossa aldeia dos Cortiços. Sei que a Câmara está a fazer tudo o que é possível mas há muito para fazer, ainda há arruamentos, canalizações e peço ao Sr. Presidente da Câmara que este assunto tenha o tratamento que merece e precisa. Em meu nome e dos habitantes dos Cortiços o meu agradecimento e reconhecimento pelo socorro imediato. “ Terminou. ---

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Deputado *Ramiro Valadar*, diretamente interpolado pela Deputada *Assunção Gemelgo*. No uso da palavra o Deputado adiantou que a Deputada *Assunção Gemelgo* afirmou que este estava alinhado com o Sr. Vice-presidente, afirmação que não é verdadeira. “Eu estou alinhado é com as pessoas de Morais e a Sra. Deputada sabe disso desde 2017. O que eu disse ao Sr. Vice-presidente foi: Quero que me diga se a mensagem que me chegou, que tudo o que aconteceu com os *Lusos* não passou de um favor pessoal. Eu



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

CJ
cew
[Signature]

não estou alinhado com ninguém e o que disse a seguir foi que enquanto não for provado em tribunal não há culpados.”-----

A palavra passou para a Deputada *Assunção Gemelgo* que esclareceu não ter dito que o Sr. Presidente estava alinhado com o Sr. Vice-presidente mas sim que o “meu discurso estava alinhado com o seu”. Esclareceu a Deputada.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Sr. Presente da Câmara Municipal** para responder às interpolações dos Srs. Deputados Municipais. --

No uso da palavra o **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, aludindo à intervenção do Deputado *Ramiro Valadar*, informou que a primeira questão seria respondida pelo Sr. Vice-presidente enquanto responsável pelo pelouro. A propósito da Feira da Agricultura, o Sr. Presidente manifestou a satisfação pelo reconhecimento de que “estamos a trabalhar em todas as vertentes do município e em todo o Concelho. Foi de facto feita uma aposta na Feira da Agricultura e não nos digam que desinvestimos numas para investir noutras, porque o investimento é feito à altura e equiparado, não só na cidade mas também nas aldeias, embora congregado na sede do município. E foi isso que significou a Feira da Agricultura, adesão dos agricultores, adesão dos habitantes das aldeias, com a componente lúdica com os jogos tradicionais e com bons momentos de convívio e de união, tendo sido uma manifestação clara de que as pessoas querem apostar na agricultura. Estou em querer que nas próximas edições teremos ainda mais adesão e a prova de que a agricultura é tão importante no nosso concelho. Os expositores também foram muitos. A feira está a crescer e queremos apostar nela. Neste momento temos três grandes feiras, e é três grandes feiras que queremos”, frisou. -----

A propósito da intervenção do Deputado *Manuel Olaio* o Sr. Presidente adiantou que a procissão da Feira de S. Pedro é da responsabilidade da Unidade Pastoral sendo que o município apenas está presente, como qualquer cidadão, e respeita a vontade religiosa das pessoas e a fé delas. Quanto à questão dos cães de gado, o autarca lamentou o sucedido alegando que tem manifestado junto da Associação de Municípios da Terra Quente, e do veterinário municipal, a preocupação para com a problemática frisando que, sempre que possível, é efetuada a captura dos animais e que o município tem uma quota de alojamento de animais abandonados acima da média, assumindo que existe alguma dificuldade na captura nomeadamente no que diz respeito aos métodos utilizados e por vezes mesmo com o equipamento disponível



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

e os recursos humanos torna-se difícil mas” estamos a fazer o trabalho, as nossas capturas têm subido e lamento muito que tenha havido envenenamento”, manifestou.

Relativamente à intervenção do Deputado *Manuel Mico*, o edil esclareceu que as questões acerca do curso de manutenção de helicópteros e sobre o pavilhão multiusos serão respondidas pelo Vereador *Paulo Rogão* e, as questões acerca do programa habitação de 1.º Direito e a transferência de Competências, serão respondidas pela Vereadora *Sónia Salomé*. -----

À questão colocada pela Deputada *Assunção Gemelgo*, a ser respondida pelo Vice-presidente, o Sr. Presidente adiantou estar solidário com este porque agiu de boa-fé, quis dinamismo, e o melhor e a correr bem seria uma mais-valia para o Concelho ter outra equipa que duplicava a oferta de espetáculos desportivos, trazia gente e criava dinâmica económica. “A Academia nunca treinou em Macedo. O que conheço é através dos meios de comunicação social e ouvi depoimentos de alguns pais que estavam perfeitamente alinhados com os agentes e que afirmavam não terem conhecimento de qualquer mal. Gostava de saber o que aconteceu, por exemplo, com o Cristiano Ronaldo. Toda a gente sabe das histórias que ele conta e das dificuldades que teve quando veio da Madeira para o Continente apesar de estar numa Academia. Isto é o normal. Pode haver um caso excecional mas está a ser alvo de investigação e vamos aguardar. Temos que pensar sempre na boa-fé e nas mais-valias que podemos obter”. Referiu o edil. -----

Quanto à intervenção do Sr. Presidente *João Alves* o autarca agradeceu a valorização e o reconhecimento do trabalho em prol das aldeias e particularmente pela situação que está a acontecer no Azibo. Trata-se de condições naturais, “já aqui explicadas, que por vezes causam a proliferação. No Azibo são plantas aquáticas no Algarve são algas japonesas, uma epidemia também, mas que é igualmente consequência das alterações climáticas. Temos que fazer o trabalho de limpeza, sendo que nunca conseguiremos ter um trabalho perfeito mas este ano temos condições melhores e só não teremos mais gente se os veraneantes não quiserem vir”. -----

Relativamente à intervenção do Deputado *António Vila Franca* a propósito da tarifa das piscinas municipais, questão a ser respondida pelo Sr. Vice-presidente, o Sr. Presidente adiantou que apesar de existir a preocupação de não onerar os munícipes é importante pensar que existem despesas muito avultadas tendo o presente ano sido um ano complicado no que diz respeito às piscinas municipais, e estando a ser desenvolvido um trabalho para enquadrar a requalificação das piscinas num projeto, adiantando que tem que existir uma responsabilização dos munícipes de modo a



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

Cj
Cw
X

perceberem que se contribuírem terão melhores equipamentos, considerando tratar-se de um gesto simbólico. -----

No que concerne à questão dos eventos, acompanhando a solicitação dos produtores, no caso do queijo de Bornes que tem sido um sucesso, o autarca referiu que na fase inicial do projeto quis ajudar e estiveram em Nanterre onde foram estabelecidos alguns contactos mas neste domínio tem havido pouca adesão dos produtores. Assim, o autarca explicou que o município adquire o espaço e um agente local faz a venda dos produtos de modo a que a presença na feira seja mais económica para os produtores não sendo a solução ideal. “O que o município quer é que os produtores estejam presentes. É isso que procuramos incentivar mas sem grande sucesso. E a edição deste ano foi muito difícil. Não temos feito muitas feiras internacionais mas se houver produtores interessados tentaremos apoiar da forma possível. Façam sugestões e certamente a nossa Divisão de Turismo irá dar-vos o apoio possível.”, Desafiou o edil.- A propósito do Eco parque, questão colocada pelo deputado *António Vila Franca*, o Sr. Presidente afirmou terem feito uma travessia no deserto, passando a explicar que foi feito celebrado um contrato em que a empresa pagava cem euros (100,00 €) mensais pela utilização de todo o edificado. Deste resultou uma dívida avultada, o edificado sofreu uma degradação brutal, posteriormente foi abandonado e vandalizado apesar do patrulhamento da GNR. O Executivo “tem feito o possível e adianto que há muitos interessados em explorar o espaço e estamos a elaborar um concurso público e quem tiver mais capacidade tomará conta do espaço. Penso que já foi aqui dada nota de que tomamos posse administrativa do local, abandonado há dois anos e não sei se vamos entrar com uma ação judicial contra o concessionário porque o prejuízo foi grande. Neste momento queremos, na próxima iniciativa de fundos comunitários para o turismo, um projeto para revitalizar e dinamizar o espaço”, adiantou o autarca. -----

À Deputada *Inácia Ferreirinha*, a quem agradeceu os elogios endereçados a toda a equipa, que considerou inexcedíveis, tendo, o próprio, presenciado algumas ações dos Bombeiros Voluntários e dos operacionais do município com intervenções nas aldeias de Talhas, Limãos e Cortiços, com prejuízos avultados que contam com a solidariedade do Executivo, sendo que tanto os prejuízos materiais como os infraestruturais já estão contabilizados e já foram notificados a CCRN e a Secretaria de Estado que tutela a área, sendo o ressarcimento financeiro dos prejuízos da competência da CCRN e competindo ao município ajudar, estar no terreno e apoiar as freguesias afetadas pela intempérie. “Como a prof.ª *Inácia* só tenho que reconhecer o trabalho da Proteção Civil e do Sr. Vereador *Paulo Rogão* assim como de toda a equipa que esteve nas operações nomeadamente os Bombeiros Voluntários e a GNR



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

e estamos todos solidários”, rematou. -----

O Sr. **Presidente da Câmara Municipal** passou a palavra ao Sr. **Vice-presidente** para responder às questões colocadas pelos Deputados Municipais *António Vila Franca, David Martins, Ramiro Valadar e Assunção Gemelgo*. No uso da palavra e a propósito das Piscinas Municipais, o Sr. Vice-presidente afirmou ser prioritário, no âmbito do próximo Quadro Comunitário, fazer um novo espaço com piscinas de 25 metros para que os mais jovens comecem a praticar natação de competição. “O espaço foi intervencionado porque os materiais apresentavam grande desgaste e começa a ser difícil encontrar peças de substituição para as máquinas existentes”. Quanto às taxas aplicadas pelos municípios para aceder às piscinas, o Sr. Vice-presidente elucidou que existem municípios em que a taxa é de 1,90€, noutros a entrada é gratuita e outros ainda cobram 5,00 € não sendo o município de Macedo de Cavaleiros o que aplica a taxa mais elevada. As taxas são alteradas em Regulamento e o Sr. Vice-presidente adiantou que poderá ser equacionado, no futuro, até a gratuidade do acesso a algumas pessoas. -----

Ao Deputado *David Martins*, que referiu a municipalização da água, o Sr. Vice-presidente adiantou que não se trata de um direito nem da junta de freguesia, nem do município, mas sim de um dever de todos, sendo certo que, se a ERSAR quiser complicar, nas freguesias onde a água não é municipalizada poderão ocorrer problemas sérios. “Tenho alertado, desde o início do primeiro mandato, para o facto de que se houver um problema sério nos vai tocar a todos porque é um dever do gestor da água em baixa ser a Câmara Municipal e nunca a junta de freguesia. Quanto à questão específica da água proveniente de captação própria, quando tratada, é boa, como está a ser feito na sua União de Freguesia. Temos uma estação elevatória em Podence, que já está requalificada mas com problemas de energia, existindo uma divergência com a EDP porque a potência disponível para a estação não é suficiente. Assim, estamos a tentar que sejam mais céleres. Logo que as condições estejam reunidas vamos aduzir água proveniente da ETA ao maior espaço e número de casas possível, sendo certo, que na sua freguesia não será possível em todas, como o Sr. Presidente sabe, mas teremos o cuidado de continuar a tratar a água”. -----

Ao Deputado *Ramiro Valadar*, o Sr. Vice-presidente afiançou não fazer favores pessoais portanto “não se desiluda comigo com essa teoria escrita por alguém”, frisou passando de imediato a contextualizar a vinda da Sad *Lusos* para Macedo de Cavaleiros. Assim, e “carecendo o assunto de uma explicação minuciosa para que as pessoas percebam com detalhe o que se passou”, o Sr. Vice-presidente disse terem



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

Handwritten signature and initials

sido abordados, através da Associação de Futebol de Bragança, por um grupo de investidores, que já tinham uma Academia em Vila Nova de Famalicão e que estavam interessados em ter uma equipa de séniores, para competir no escalão até à segunda liga. Assim, “Macedo de Cavaleiros nada tem a ver com a formação de jovens pois aqui a intenção era competição com séniores. A única ligação com os jovens foi uma visita que fiz às instalações da Academia e digo-lhe, Sra. Deputada, que na altura agradou-me o que vi, há semelhança de outras Academias que já visitei pelo país. Estas empresas são muito importantes para os jovens, nomeadamente nos concelhos do interior, como é o caso do nosso, onde o nível de competição é fraco, fator relacionado com a baixa densidade demográfica e com o número de praticantes, ou seja, quanto menos gente houver menor é a probabilidade de haverem praticantes de qualidade e as competições tenderão também a ter menor qualidade. Fomos abordados, já tinham visitado outros municípios do distrito e escolheram Macedo de Cavaleiros pela abertura da nossa parte e porque em Macedo de Cavaleiros existem condições ímpares para a prática da modalidade. Durante as nossas conversas percebi que o Sr. Presidente da Liga de Futebol, e não Vice-presidente como referido pela Deputada *Assunção Gemelgo* e sendo expectável que possa ser uma pessoa idónea, que já foi escrutinada até ali chegar, que era objetivo que Macedo de Cavaleiros fosse a barriga de aluguer de uma equipa. A probabilidade de fazer uma equipa, e subir de divisão, na nossa Região é mais fácil porque os níveis competitivos são mais baixos e é mais fácil o acesso aos campeonatos nacionais. Para nós era importante ter uma equipa ligada a uma Academia porque passamos a ter a possibilidade de drenar jogadores com potencial para uma Academia de qualidade, que eu próprio visitei, e reitero que nada temos a ver com essa Academia, só com a equipa sénior. Na Academia existem professores internos, como acontece em colégios privados, campos de treinos, pessoas espalhadas pelo mundo inteiro a captar jovens e é uma equipa perfeitamente certificada e não vi nada que pudesse colocar em causa a seriedade de quem quer que seja. Ao nível da CIMTTM está já a surgir uma Academia semelhante a esta, que é propriedade do empresário *Jorge Mendes*, e que envolve os nove municípios e que tem como objetivo captar jovens talentos e levá-los para uma Academia que tem na cidade do Porto. Um projeto que nos interessa porque as crianças com potencial a jogar aqui não vão evoluir e queremos é que eles evoluam e tenham uma carreira promissora. Retomando o assunto, aquando das reuniões questionei o que precisavam de nós. Responderam que apenas necessitavam do campo de futebol para jogar. Assim percebemos que iríamos ter algumas vantagens nomeadamente potenciar os talentos jovens locais e espetáculo desportivo todas as



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

semanas. O objetivo a que se propunham era chegar à segunda liga, que é uma mostra para o futebol profissional. Assim, percebemos que iríamos ser usados mas também iríamos usar, a única despesa seria a água e a energia do estádio, em dias de jogo e pensamos ter alguma divulgação com isto. Inicialmente a equipa chamar-se-ia Lusos Portugal e propus-lhe que apoiassem Macedo de Cavaleiros porque uma equipa com o nome Macedo de Cavaleiros teria projeção nacional e tudo a custo zero para o município. A base do nosso interesse era a promoção do nosso território e nunca me passou pela cabeça que este tipo de academias se pudesse envolver em situações destas. Este Executivo não age em função das notícias publicadas pela comunicação social nós tomamos decisões de forma ponderada, equilibrada e justificada. Temos que ouvir, avaliar e confirmar e a partir do momento, e espero que seja mentira para bem de todos, em que se verifique ser verdade, naturalmente estaremos desmarcados da situação tal como a Associação de Futebol de Bragança e o contrato cessa. Vamos aguardar porque eu ainda não fui inquirido nem pela Polícia Judiciária, nem pela Liga Portuguesa de Futebol, nem a Federação Profissional de Futebol, três entidades que têm juristas e que estão a trabalhar sobre o caso. Cá estaremos para dialogar com eles quando quiserem e sem problema. A investigação está decorrer e nós aguardamos decisões para depois agir em conformidade com os resultados e espero que este tipo de situação não abale, nem coloque em causa este tipo de academias que são de extrema importância principalmente para os jovens do interior que sofre de interioridade a todos os níveis e também no desporto. Por isso tentamos encontrar mecanismos para evitar esta tendência e as academias é uma delas e existem várias no país com êxito. A nossa missão foi esta. Existe, no entanto, uma irregularidade nesta situação, causada por mim, por lapso, em que não levamos informação à Câmara Municipal a solicitar a utilização do campo de jogos ao domingo. Esta é a única irregularidade neste processo e o erro foi meu.” Terminou manifestando a total disponibilidade para responder a qualquer dúvida que ainda exista. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à **Vereadora Sónia Salomé** para responder às interpolações dos Deputados Municipais. -----

A Vereadora deu início à sua intervenção dirigindo uma palavra de pesar pelo falecimento do Sr. *António Teles*, “conterrâneo e amigo,” de solidariedade para com a dor da família e reiterou as palavras do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de *Morais*, *Ramiro Valadar*, quanto ao trabalho que este ex-autarca desenvolveu em prol da aldeia de *Morais*. Passando, de seguida, a responder às questões colocadas. Quanto à estratégia de habitação e ao programa de 1.º Direito, principal financiador



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

Cij
em
[assinatura]

das políticas que integram a estratégica habitacional de Macedo de Cavaleiros. “A Deputada *Daniela Rebelo* lembrou, e muito bem, que a estratégia está concluída há cerca de dois anos mas, deixo a nota, de que existiram algumas alterações. Assim, o programa de 1.º Direito veio na sequência do trabalho levado a cabo pelo Governo no sector da habitação, com a criação da Lei de Bases da Habitação que desenvolveu uma nova geração de políticas de habitação a partir de 2018, numa altura em que ainda não havia o Programa de Recuperação e Resiliência. Assim, o acordo inicial, assinado pelo município há cerca de dois anos, sem PRR, o suposto de financiamento seria de 40% ou 50% no máximo sendo o restante financiado pelo município ou através de contratualização de empréstimos. Com a chegada do PRR o programa integrou a agenda deste programa e mudou, passando para um financiamento que podia ir até aos 100%, exceto o IVA. Assim foi necessário aguardar pela abertura dos Avisos, fazendo, em paralelo o trabalho de desenvolvimento de projetos, que ainda continua. A estratégia envolve duas componentes, uma de iniciativa municipal e outra privada. No que diz respeito à iniciativa municipal foi submetida uma candidatura ao programa de 1.º Direito, que diz respeito ao Aviso aberto em contínuo até 2026, de requalificação dos 36 fogos do Bairro da Alegria, sobre o qual já prestamos esclarecimentos e que estará para breve. Iremos proceder ao procedimento público de adjudicação da empreitada. Em paralelo está em curso outro processo de adjudicação de um projeto de criação de novos fogos, cerca de 20, no mesmo bairro. Ainda da competência do município é a habitação de emergência e, ontem, esteve cá a Sra. Ministra e teve oportunidade de dar nota que nos está a dar uma ajuda importantíssima na perspetiva de transformar a antiga residência de estudantes em alojamento temporário e urgente, que foi a solução encontrada para o imóvel depois da tentativa de recuperação através do programa nacional de alojamento para estudantes do ensino superior sem sucesso. Solução esta que carece de ser validada pela Segurança Social pois é o organismo que valida a criação deste tipo de alojamentos. O imóvel está na posse do fundo imobiliário nacional e está a ser operacionalizada a tramitação para passar para o município. Em paralelo o município está a efetuar um levantamento de imóveis que possam ser objeto de financiamento, via PRR, para criar um parque habitacional a baixo custo, indo ao encontro da problemática local ao nível da habitação e da disponibilidade de habitação para jovens a custos acessíveis. A iniciativa privada está num patamar inferior porque carece de algumas decisões e disponibilidade para consertar até onde o município pode ajudar os munícipes. Acredito que no segundo semestre iremos avançar nesse domínio. E este é o ponto da situação. As coisas têm o seu tempo. Envolvido está também o



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

Instituto da Reabilitação Urbana, o IRU que está em fase de recrutamento de técnicos porque não está a conseguir dar respostas em tempo útil”.-----

No que diz respeito à transferência de competências, na área da educação “com o processo iniciado em 2020 estamos já em velocidade cruzeiro, alinhados e em estreita colaboração com o agrupamento de escolas. Esta área não é estática, tem diariamente questões novas para resolver, mas estamos a adaptarmo-nos”, frisou a Vereadora. Quanto à transferência de competências da ação social, a vereadora referiu que “foi assumido o Rendimento Social de Inserção e o Serviço de Acompanhamento Social, o RSI e o SAAS, em paralelo criou-se a carta social municipal. No que concerne ao RSI e ao SAAS, está tudo a decorrer com normalidade, estando em curso um processo de recrutamento de dois assistentes sociais para reforçar a equipa, numa perspetiva de fornecer o melhor serviço, de consertar serviços e de ter no terreno equipas multidisciplinares de acompanhamento às famílias que possam dar respostas a todos os níveis. O serviço de acompanhamento e ação social que visa dar resposta a alguns problemas pontuais do dia-a-dia também está a decorrer de forma normal e, o período entre o mês de maio e o final do ano, irá permitir conhecer e perceber os custos financeiros associados a esta transferência e já perceberemos que o pacote financeiro é insuficiente. Este trabalho também está a ser feito na área da educação de modo a percebermos em que medida é necessário reforçar o pacote financeiro da educação, que neste momento está em cerca de um milhão e meio de euros de investimento, para junto da tutela da educação tentar cativar mais financiamento, à semelhança de outros municípios”. Terminou. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra o **Sr. Vereador Paulo Rogão** para responder às questões colocadas pelos Srs. Deputados Municipais nomeadamente acerca do curso de técnico de manutenção de helicópteros, do pavilhão multiusos e dos danos causados pela intempérie nos Cortiços. Assim, “O curso de técnico de manutenção de helicópteros surge no âmbito da potencialização que queremos dar ao Heliporto, com base nas excelentes que temos, em parceria com uma escola de formação aeronáutica, a TCentro, e é através dela que vamos tentar concretizar o curso. A informação que a empresa de formação nos transmitiu, há cerca de um mês, é a de que têm 7 ou 8 pessoas inscritas sendo o número de 12 formandos o ideal para a turma. Vamos esforçar-nos para que ela se complete. Se tal não acontecer, a data de inscrições será alargada até ao final de setembro, que irá coincidir com o conhecimento que os alunos irão ter depois da candidatura à faculdade, podendo ser uma saída profissional para aqueles que não tiveram êxito na



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

[Handwritten signatures and initials]

sua candidatura. A concretizar-se prevê-se o seu início em outubro para dois anos letivos. Este é um curso atrativo, quer ao nível da remuneração, quer da empregabilidade e o Boletim Municipal, que hoje foi distribuído, tem toda a informação necessária sobre o curso. Quem estiver interessado pode, ainda dirigir-se ao pavilhão da Câmara Municipal na Feira de S. Pedro, para obter mais informação. Apelo aos potenciais interessados, porque se trata de um curso em que vale a pena apostar pois já está sedeada, em Macedo de Cavaleiros, uma empresa que irá efetuar manutenção de helicópteros. Trata-se de um curso teórico-prático e, para apoiar este curso, a Câmara Municipal aprovou um financiamento de cerca de 50% do investimento total. O curso tem um custo de 13.500 euros, a ser pago em prestações mensais durante 24 meses e a Câmara suporta 50% do valor até às 12 primeiras inscrições. Estes 50% serão adiantados pela Câmara, e simultaneamente é celebrado um contrato, com o formando, no sentido de que este, quando começar a trabalhar proceda ao reembolso do valor, de acordo com um plano de pagamentos aprovado em contrato, do valor adiantado pela Câmara. Esta iniciativa surgiu porque entendemos que não é fácil, nos dias de hoje, uma família suportar a totalidade da prestação e não podendo a Câmara dar dinheiro a fundo perdido para situações deste género, entendemos que esta era uma forma de ajudar. Este curso, de dois anos letivos, no segundo ano terá uma componente prática superior à teórica e, segundo informação da empresa, a partir do momento em que se inicia a componente prática é celebrado contrato e os formandos começam a auferir uma remuneração base que poderá, de acordo com dados transmitidos pela empresa, ser de cerca de mil ou mil e trezentos euros. O curso foi divulgado nas escolas e no caso de Macedo foi feita uma apresentação nos Paços do concelho a alunos que reúnem requisitos para o frequentar. Trata-se de um curso diferenciador, desafiador e interessante, de responsabilidade e bem remunerado mesmo assim há falta de técnicos nesta área no país. Porque a licença concedida permite que os técnicos trabalhem, em qualquer parte do mundo e se em Portugal recebem cinco mil euros, no estrangeiro pagam o dobro e os técnicos formados acabem por sair do país pois são melhor remunerados”. Esclareceu o Vereador. ----- Quanto aos danos provocados pela intempérie na aldeia dos Cortiços, amplamente divulgado pela comunicação social, intencionalmente, pois é “evidenciado os danos que sensibilizamos as entidades públicas para que nos possam ajudar”, o Sr. Vereador informou que foram constituídas duas equipas: uma que efetuou a avaliação dos danos agrícolas liderada pelo EDRU, e outra, liderada pelos técnicos da Divisão de obras da autarquia, com o objetivo de elencar os danos causados nas vias públicas. Assim, ao nível agrícola o relatório “evidencia danos nas culturas de olival,



Assembleia Municipal – 3.^a Sessão Ordinária

com uma área atingida de cerca de dez hectares, com prejuízo de cerca de 30% da produção: os hortícolas com treze hectares com danos de 90 a 100% e cereais com treze hectares com danos a 100%. Ao nível público o relatório evidencia danos no valor de duzentos e trinta mil euros (230,000,000 €). O processo é liderado pela CIM-TTM, a quem já fiz chegar os relatórios e o Executivo, com os meios próprios, está também a tentar, junto das entidades, pressionando-as e alertando para a necessidade de sermos ressarcidos dos danos públicos ou apoiados na concretização dos trabalhos e, a nível agrícola que as entidades competentes possam ir junto das pessoas e ressarcir-las dos danos”. Relatou o Vereador *Paulo Rogão*, evidenciando a preocupação do Executivo para com a subsistência das famílias.-----

Quanto ao pavilhão multiusos, projeto apresentado em reunião de Câmara, o Sr. Vereador considerou que seria oportuno replicar a apresentação na Assembleia Municipal. Não estando preparado para o efetuar nesta sessão disponibilizou-se para o fazer em sessão posterior se a Assembleia assim o entender. Passando de imediato a explicar o enquadramento do projeto que surge no âmbito da estratégia de Macedo de Cavaleiros 2020, documento que foi elaborado no final do mandato anterior, com o objetivo de antecipar, face ao novo Quadro Comunitário, as potencialidades do Concelho e os projetos passíveis de serem candidatados e enquadrados que elencou o multiusos, “um projeto que trará uma nova centralidade para o Parque de Exposições”. No obstante, “também nós em campanha eleitoral anunciamos esta intenção para executar ao longo do nosso mandato, vindo assim de encontro à promessa feita em campanha. É um projeto arrojado e diferenciador, na senda do que temos feito no Concelho e, em especial, na cidade. Este projeto irá permitir o acesso da população ao Parque de Exposições e a requalificação do espaço envolvente. Hoje temos uma zona vedada que só é utilizada nas feiras mensais e na Feira de S. Pedro e noutros eventos, estando o tempo restante sem acesso e sem ser utilizado pelas pessoas. Este projeto devolve o espaço à população, permitindo o seu uso e fruição. A concretização deste projeto coloca Macedo na rota dos grandes eventos pois será uma infraestrutura preparada para qualquer evento a nível empresarial, desportivo e cultural. Com esta nova atratividade, que trará movimento, ganha a restauração, a hotelaria e o nosso turismo. Hoje temos o estudo prévio com uma estimativa de investimento de sete milhões e setecentos mil euros (7.700.000,00 €), que poderá sofrer alterações, porque os preços oscilam e só quando o projeto for submetido a concurso teremos um valor base deste investimento”. Referiu o Vereador *Paulo Rogão* que passou a descrever o projeto. Assim, o “estudo prévio contempla a requalificação das duas naves existentes e a criação de uma nave nova, a existência de um



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

g.
ew
X

restaurante e no interior do novo pavilhão um bar, um espaço de receção e uma loja para produtos locais”. O Executivo aguarda que sejam publicitadas as regras do novo Quadro Comunitário para, em função destas, efetuar uma análise mais concreta da elegibilidade deste projeto, sendo certo que “é intenção do Executivo concretizá-lo pois trata-se de um projeto diferenciador e potenciador do desenvolvimento do Concelho.” Explicou o Vereador, manifestando a sua total disponibilidade para efetuar uma apresentação deste projeto, se a Assembleia assim o entender.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** abriu o segundo período de intervenções. Inscreveram-se os Deputados Municipais *Daniela Rebelo* e *Beatriz Mata Pires* do Grupo Parlamentar do CDS-PP e *David Martins* do Grupo Parlamentar do PSD, *Manuel Olaio*, do Grupo Parlamentar Unidos por Macedo. -----

Usou da palavra a Deputada *Beatriz Mata* com o propósito de abordar o encontro nacional dos Conselhos Municipais da Juventude, que decorreu nos dias 15 e 16 de junho, na cidade do Porto, onde esteve presente, em representação do Conselho Municipal da Juventude de Macedo de Cavaleiros, juntamente com a técnica do Gabinete da Juventude, com um representante dos Escuteiros e com a Vereadora *Sónia Salomé*. A Deputada deu nota do encontro, que considerou “bastante produtivo e enriquecedor. Adquiri conhecimento sobre políticas da juventude, implementadas nos vários concelhos de Portugal Continental e Ilhas, e tirei duas conclusões muito importantes: A primeira é que a Vereadora mais importante que temos na mesa da Assembleia é a que tem o pelouro da juventude, no nosso caso, a Vereadora *Sónia*, que tem em mãos a tarefa mais importante- o futuro de Macedo de Cavaleiros. E não é fácil entender uma geração tão diferente da nossa e por isso louvo tudo o que tem feito. A segunda conclusão foi a de que nós não estamos atrasados em políticas de juventude e sim a par com o País todo. Fiquei um pouco preocupada com o cenário com que me deparei de falta de recursos financeiros dos técnicos de juventude que não têm orçamento para trabalhar, como se a juventude fosse invisível, e o futuro esquecido, o que me aliviou um pouco porque Macedo tem atividades direcionadas aos jovens. Temos a Assembleia Municipal Jovem, que foi um grande passo, e que parece ser um sonho muito distante de realizar para muitos municípios, mesmo tendo muita mais população que Macedo, iniciativa que nos rendeu muitos elogios. Mas não é suficiente. O problema é geral e reside nas fchas etárias entre os 20 e os 30 anos, porque as necessidades, como jovens adultos, são mais complexas e nós não estamos satisfeitos. Queremos dar mais às nossas terras, mas também precisamos



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

que nos estendam a mão para ficar porque, ao contrário do que se pensa, não somos mimados e insatisfeitos por feito, somos informados, criativos, inteligentes, críticos e estas são qualidades muito úteis no mundo atual. O mundo está diferente, mais tecnológico e as necessidades dos jovens atuais são diferentes das dos jovens de há 20 ou 30 anos atrás. Nós jovens falamos pelo bem do nosso município, para que ele evolua e se destaque positivamente, aliando a nossa visão mais simples, mais jovem, mais fresca e as nossas experiências pessoais. Querem melhor que um jovem para dizer o que um jovem precisa? Não há. Fui representar Macedo de peito cheio, voltei orgulhosa mas preocupada. O agora é importante mas o amanhã existe e precisamos de formar gerações mais jovens para ficar e não deixar o nosso futuro à mercê de quem um dia vai ter que partir. Temos que manter os jovens e dar-lhes condições para que se interessem a ficar. É necessário ter uma visão mais alargada.” Terminou. -----

A palavra foi passada ao Deputado *Manuel Olaio* que iniciou a sua intervenção com uma observação ao Sr. Vice-presidente, a propósito das Academias de futebol que “procuram a pepita de ouro e esquecem-se do resto da mina que é tudo carvão. Isso não é verdade. A formação não era dada nas Academias. Não pagavam aos professores e eles não foram. A Academia cuida da árvore mas esquece-se da floresta e a floresta é que dá os médicos, os enfermeiros e o resto dos profissionais. As Academias procuram um ou dois indivíduos, já com o cabelo à Ronaldo e os pais escandalizados porque os meninos não seguiram o percurso. E os outros cem? O processo educativo se não for cuidado morre. Sr. Vice-presidente se lhe dissesse para ir jogar futebol ia? Não. E se lhe dissesse para ir para o hospital? Também não ia mas tinha essa possibilidade porque teve formação e as Academias esquecem-se da formação educativa. A Vereadora *Sónia Salomé* referiu que a educação não é custo é investimento e as Academias esquecem-se disso. Procuram *Cristianos Ronaldos* e em quarenta anos apareceu um, não voltou. O *Messi* só houve um, não voltou e essa ilusão é vendida aos jovens e tem que acabar”. Rematou.-----

Usou a palavra o Deputado *David Martins* que mencionou estar a assistir a 1 hora e 17 minutos de propaganda. “ O Presidente da Câmara só vem responder aos elogios, os Vereadores atiram fumo ao ar e discutem projetos e maquetes, quando nada está decidido ou aprovado escondendo, dessa forma, a falta de investimento e de ideias que tragam alguma riqueza para o Concelho. Com desculpas de falta de educação e de tons de voz não respondem às perguntas ficando os Deputados, e os habitantes do Concelho, sem resposta a nada a não ser propaganda, propaganda, propaganda. Sr.



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

Cy

AO

Vereador Rui Vilarinho no ano anterior, com as bombas que estão colocadas na estação elevatória de Podence as aldeias já foram abastecidas com a água tratada da barragem. A desculpa da falta de potência parece-me esfarrapada. Quanto à água tratada, não me diga que a água das nascentes são águas tratadas, porque não é por chegarmos no dia antes da colheita, e despejarmos lá meio litro de cloro, que essa água fica tratada”. Terminou.-----

Usou a palavra a Deputada *Daniela Rebelo* para colocar duas questões. Relativamente ao Quadro Comunitário, “que aguardamos para a candidatura do multiusos, projeto que penso irá valorizar muito a cidade, quando inquirimos o Executivo, em sessão anterior, acerca do preço demasiado alto para um estudo prévio, mas já existe. Foi referido que havia a questão de uma equipa capaz de cumprir prazos muito curtos, mas ainda aguardamos a abertura do Quadro Comunitário para afinar o próprio estudo prévio! Há aqui qualquer coisa que ainda não percebi muito bem. Quanto à habitação, na última Assembleia falou-se na criação de 16 fogos e inquiri se estes seriam aquisição para aluguer ou se seria construção nova. Foi respondido que seria construção nova, estando reiterado na resposta que seriam fogos a serem construídos. Assim, desde a última Assembleia até à atual, estas novas construções, que resultaram do levantamento de imóveis para reconversão, a modalidade mais utiliza noutros Concelhos do interior, vamos de facto manter a construção de novos fogos e o mapeamento do levantamento para reconversão, ou seja, o que prevalece? As duas? Quanto às construções novas e como já havia este levantamento, o que é que evoluiu? Estamos em fase de avançar com consulta de mercado, de planificação do estudo prévio para consulta ao mercado. Qual é o ponto da situação?”, Questionou. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para responder às questões colocadas pelos Deputados Municipais. -----

Usou a palavra o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que, visivelmente satisfeito com a intervenção da Deputada *Beatriz Pires*, adiantou que gostou muito da sua intervenção e que o Executivo, no que concerne às políticas da juventude, quis repor a justiça que era devida há muito tempo. Justiça que está a ser reposta pelo Executivo mas que também partiu dos Deputados, do Presidente da Assembleia, com o Conselho Municipal da Juventude e com a Assembleia Municipal Jovem, com toda a



Assembleia Municipal – 3.^a Sessão Ordinária

intervenção e participação cívica e consciencialização precoce “porque, como disse a Beatriz, o futuro de Macedo não pode ser esquecido mas sim reavivado todos os dias, um futuro moderno e precisamos de dar espaço à juventude. Tive a oportunidade de assistir à cerimónia dos finalistas do ensino básico e fiquei encantado. Temos jovens bem formados que falam línguas, têm expressões teatrais, fazem locução que me deixaram de peito cheio. Já aqui falaram em demagogia política e nós não vimos para aqui a fazer demagogia, vimos para aqui com evidências, com transparência e seriedade e é isso que nos distingue no que queremos para Macedo. Queremos intervenções como as da Beatriz, intervenções sinceras e frontais pois é assim que se faz política. Que aprendam os adultos. Queremos os jovens ativos e participativos e temos aqui alguns bons exemplos que contribuem para o crescimento dos mais velhos. Obrigada Beatriz pela tua intervenção.”, Rematou.-----

A palavra foi passada ao Sr. Vice-presidente para responder às questões e às interpolações diretamente dirigidas a si pelos Deputados Municipais. No âmbito da intervenção do deputado Municipal *António Vila Franca*, a propósito da feira em Nanterre, França, proferindo que tinha a ideia de que todos os produtores tinham sido contactados pelos serviços da Câmara Municipal. Perante o lapso, o Sr. Vice-presidente apresentou um pedido de desculpas e passou a referir a sua experiência no certame: “Exemplo vivo do que existe em Macedo, com uma comunidade enorme de emigrantes, que o António já teve a oportunidade de constatar porque já esteve comigo na edição anterior, apesar das críticas que nos foram endereçadas quando fomos, e das questões acerca do retorno financeiro desta deslocação. Posso dizer-vos que o maior retorno que trazemos de Nanterre é o coração cheio de vivências emocionais. É verdade que os produtores que vão vender os seus produtos têm também retorno financeiro e ficam com contactos para fazer negócios mas, no meu ponto de vista, o maior retorno é o coração cheio. Falei com centenas de emigrantes que me recordaram situações dos Presidentes e Vereadores antecessores, nomeadamente do Eng. Barroso, do Dr. Duarte Moreno e do Eng. Beraldino, recordando a visita dos órgãos do Executivo a França. Pessoas que passam o ano inteiro em França e que ficam orgulhosas que os políticos da sua terra os visitam. Para eles isto é muito importante. Ao António Vila Franca garanto que não voltará a ser esquecido.” À questão do Deputado David Martins, em relação ao tratamento da água, e não tendo conhecimento acerca da forma como o mesmo é feito, pede que seja executado o melhor trabalho possível para levar água de qualidade e com qualidade à população. Confio nos trabalhadores do município e não coloco em causa o seu



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

Cj
ceb
X

profissionalismo. Quanto à estação elevatória, “é verdade que neste momento a estação não tem capacidade para aduzir água para aquelas aldeias todas de forma permanente porque a potência energética não alimenta as bombas de forma continua. A E-Redes já assumiu o erro e já está, juntamente com o Sr. Presidente de Junta de Podence, a contactar os proprietários do terreno onde passará a nova linha que irá dotar a estação de maior carga energética contínua. O que está a acontecer neste momento não é responsabilidade nossa é do parceiro ERedes mas estamos a tratar dele conjuntamente com Presidente de junta. Quanto à qualidade da água não posso responder-lhe porque não tenho competências nessa área. O David tem mais, que trabalha nesse setor. -----

Ao Sr. Deputado *Manuel Olaio*, a propósito das Academias, o Sr. Vice-presidente argumentou ser cético e fazendo uso das afirmações do Deputado Municipal, que afirmou que das Academias saem os *Cristianos* e os *Messis*, retorquiu que “as Academias à séria, e são muitas, e esta pude constatar que é à séria e referia que tinham um grupo de professores que lecionava dentro da Academia, sendo transversal a todas as Academias, professores de qualidade que preparam os jovens. Uns para seguirem a carreira futebolística, ou de basquete, ou outra modalidade e em paralelo, porque nem todos singram no desporto, de ajudar os outros a singrar na vida em vertentes diferentes de acordo com o que são as suas potencialidades e tendências. Eu sou a favor das Academias de qualidade e assumo isso aqui. Elas funcionam bem. Eu tive a experiência. No tempo em que eu era jovem e jogava futebol, e o Sr. Deputado sabe, joguei com muitos jovens com expetativas enormes e sabe o que aconteceu a esses jovens que não tiveram academias nem suporte família? Terminarem a carreira aos 31 ou 32 anos, cheios de mazelas, sem preparação para a vida e estão em situações dramáticas. Situação que muito me amargura. Posso dizer que 80% dos atletas que jogaram em níveis abaixo da primeira divisão estão todos em situação precária e difícil. As Academias contrariam esta situação porque ajudam os jovens que não têm retaguarda familiar”. Terminou. -----

Usou da palavra a Vereadora *Sónia Salomé* que agradeceu as palavras simpáticas da Deputada *Beatriz Pires* e no âmbito do encontro referido pela Deputada acrescentar ter-se tratado de uma iniciativa muito interessante sendo essa a perspetiva com que se trabalha na juventude, criando estruturas e mecanismos para potenciar a intervenção e a participação da juventude no Concelho tendo sido, neste sentido, que o município recebeu o selo quatro estrelas. Dando nota de que já foi aprovado o Orçamento Participativo Jovem e as suas normas de funcionamento, em reunião de



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

Câmara, a Vereadora aproveitou a oportunidade para o promover e pedir aos jovens que estejam atentos pois em breve o OPJ estará disponível no *site* do município, para que os jovens possam apresentar as suas propostas, sendo este, mais um mecanismo de participação direcionado aos jovens. -----

Á Deputada *Daniela Rebelo*, a Vereadora explanou que se trata de questões distintas, que integram a estratégia de habitação. Ou seja, a criação do parque habitacional, a custos acessíveis, é uma das medidas identificadas na estratégia e a criação dos dezasseis fogos é outra medida. Destes dezasseis fogos, que serão em banda, e tendo verificado que existe terreno disponível no Bairro da Alegria foram propostos mais quatro fogos, na sequência do financiamento PRR que permitiu, por parte da tutela, uma margem para ajustar a estratégia de habitação, que traz ainda a possibilidade de um reforço financeiro. “Foi nesta perspetiva que se passou de 16 para 20 fogos. Os serviços municipais têm a indicação para dar início ao procedimento concursal, estando para breve o convite para a adjudicação do processo de construção destes fogos, que ainda não aconteceu por carecer de validação. Logo que esteja validado o procedimento será iniciado. Já foi pedido aos serviços o levantamento dos imóveis que possam ser alvo de reabilitação, mais uma medida da estratégia. O diagnóstico está feito, com uma série de medidas de criação, reabilitação quer de fogos de habitação social, já com candidatura dos 33 fogos do Bairro da Alegria submetida, quer a reconstrução ou requalificação de imóveis que possam ser alocados com esse fim. A nossa opção direcionou-se para a requalificação na perspetiva de requalificar a área urbana habitacional de Macedo e ainda existe a possibilidade de enquadrar Travanca, que poderá vir a ser alvo de algumas intervenções. Se for possível criar novas Áreas de Recuperação Urbana – ARU’s, esta intervenção pode ainda vir a alargar-se às aldeias reabilitando casas. -----

A palavra foi passada ao Vereador *Paulo Rogão* para esclarecer as dúvidas colocadas pela Deputada *Daniela Rebelo*. Assim, no que concerne ao multiusos, o Vereador esclareceu que o Executivo definiu critérios para o multiusos e para a apresentação de estudo prévio tendo sido feita uma consulta prévia a três entidades. “Entendemos que com aquela experiência e, com a dimensão daquela obra, não havia entidades de Região com experiência e esta opção foi também política. Convidamos empresas com experiência em projetos de pavilhões desta dimensão ou dimensões superiores, construídos no país. Neste momento temos o estudo prévio que já é uma ferramenta suficiente para o candidatar aos fundos comunitários, se for enquadrável.” Esclareceu o Vereador que pretendeu, ainda, deixar um anota final quanto às opções de



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

4
celo
X

investimento no Concelho. Assim, estas opções “são tomadas pelo Executivo, sancionadas pela Assembleia Municipal, e pelo povo através do voto. Há pessoas que não entendem isso e discutem porque se fazem largos, e não se fazem saneamentos, porque se constroem polidesportivos e não se constrói m campo sintético mas, parece que só agora acordaram para isso. A falta de saneamento nalgumas aldeias, que por força da lei nem têm que ter, porque só é obrigatório a partir de cinquenta habitantes, não é de agora. No passado também não tinham e existem polidesportivos no Concelho, ao abandono, e nunca se questionou isso. Concluindo, as opções de investimento são do Executivo e não andamos a propagandear. O que fazemos é cumprir a nossa obrigação para com os munícipes que votaram. O que fazemos é mostrar às pessoas o que andamos a fazer. Comunicar com a população é também uma obrigação. Se entenderem que comunicar é propaganda ou é política, na minha opinião, é uma conceção errada e não me esqueço que em 2017, durante a Feira de S. Pedro, nas naves havia cartazes afixados de obras. E isso é o quê? Nós temos o dever de informar as pessoas e de dizermos o que andamos a fazer. Exemplo disso é o boletim municipal. Comunicar é um dever e uma obrigação e as opções de investimento são do Executivo, sancionado pela Assembleia aquando da aprovação dos orçamentos e, no final, pelo povo que vai dizer se as opções foram boas ou não”.
Rematou. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal recordou aos Deputados Municipais que receberam, juntamente com a documentação da sessão, um exemplo de cartão de Deputado, aprovado pela Comissão Permanente, de carácter obrigatório, para pedir aos Deputados que entreguem fotografias para que os cartões estejam concluídos, o mais rápido possível, disponibilizando os serviços de apoio à sessão aos Deputados que pretendessem tirar fotografia no local, abreviando desta forma o processo de emissão de cartões. -----

PONTO DOIS- ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Apreciação da Informação escrita do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal referente à atividade autárquica no período compreendido de 16 de abril de 2023 a 16 de junho de 2023, elaborada nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º e no n.º 4 do art.º 35.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu o período de intervenções. -----



Assembleia Municipal – 3.^a Sessão Ordinária

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Deputada *Sandra Cristina Batista Matos*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do PS que referiu que as questões que pretendia colocar neste ponto, sobre as políticas locais da juventude e sobre o Orçamento Participativo Jovem, já tinham sido respondidas pela Sra. Vereadora e para, na qualidade de representante da Assembleia Municipal Jovem, e em nome de todos os jovens, agradecer o esclarecimento. -----

Usou a palavra o Deputado *Miguel Afonso Gomes Reis*, membro do Grupo Parlamentar do PSD para manifestar a sua indignação com a “destruição impiedosa da sua aldeia”, questionando o Sr. Presidente da Câmara a propósito das medidas apresentadas na campanha eleitoral, sendo uma delas “substituir a rede de abastecimento de água e consequentemente a reposição do pavimento nos arruamentos. Sr. Presidente peço-lhe que responda encarecidamente, não só a mim, mas também às pessoas que o apoiaram, e em si votaram, se a lista por si apresentada à junta de freguesia tivesse ganho, se a obra, por si prometida, teria decorrido da mesma forma? Se sim, informe-nos de situações como prolongamento do prazo de obra, destruição abusiva e a não consulta do presidente de junta, no ato da elaboração do projeto, seriam da mesma forma. Se fizesse de forma diferente, explique-me qual seria a outra maneira. Algumas pessoas que me estão a ouvir dirão: lá está o chato de corujas a reclamar e a pedir outra vez. A essas pessoas pergunto qual foi a última vez que visitaram Corujas? A indignação que sinto, e ouço dos corujenses é um chamamento que me obriga à ação, não podendo ser um mero espetador de injustiças quando assisto a requalificações de largos de aldeias em condições muito melhores que Corujas. Exijo responsabilidades dos nossos líderes. Não posso mais tolerar a desigualdade onde freguesias são colocadas à frente como se tivessem mais urgência de intervenção. É necessário uma intervenção de raiz, bem projetada e sempre direcionada para o bem-estar dos corujenses”, proferiu, dirigindo-se ainda ao Vereador *Paulo Rogão* afirmando que continua a aguardar a retirada da sinalética. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Câmara Municipal para responder às interpolações dos Deputados Municipais. -----

Usou a palavra o Sr. Vice-presidente para responder ao Deputado *Miguel Reis*, com quem já teve a oportunidade de reunir, afirmando “eu tenho-me por sério e também o tenho por sério. Compreendo a sua agonia porque tem a sua aldeia virada do avesso



Cij
celo
[Signature]

setembro, na sua redação atual. -----

-----Presente para conhecimento o seguinte pedido. -----

“Domingos José Ataíde Vaz, portador do Cartão de Cidadão n.º 11703106, Deputado Municipal eleito pelo Grupo Parlamentar do PPS/PSD para o mandato autárquico 2021/2025, venho, nos termos do disposto no n.º1 e 2 do art.º 76.º da Lei n.º 169/99, de 18 de junho, na sua redação atual, apresentar a renúncia ao cargo de Deputado Municipal, por motivos de carácter profissional.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do pedido de renúncia do mandato do Sr. Domingos José Ataíde Vaz. -----

Ponto 3- Projeto Macedo de Cavaleiros Green H2/ Instalação de uma unidade Industrial de Produção de Hidrogénio Verde no Concelho de Macedo de Cavaleiros: Deliberação nos termos do disposto na alínea k) do n.º2 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º75/2013 e nos termos da alínea a) do n.º 3 do art.º 25.º do Decreto-Lei n.º73/2009, de 31 de março, na sua redação atual. -----

-----Presente o Proposta do Sr. Vereador *Paulo Rogão*, datada de 14-06-2023, que se transcreve: -----

“O Hidrogénio Verde é obtido através do processo denominado “eletrólise da água”, sendo condição essencial que a energia seja de origem renovável. A “eletrólise da água” consiste na decomposição da água em oxigénio e hidrogénio por efeito da passagem de uma corrente elétrica. -----

O grupo DH2 Energy tem como atividade empresarial o desenvolvimento de projetos de produção de hidrogénio verde em Portugal, Espanha, França, Marrocos, Uruguai e México. -----

A empresa DH2 Portugal, pertencente ao referido grupo, pretende instalar-se no nosso concelho, com vista a criar uma Unidade Industrial de Produção de Hidrogénio Verde, com uma estimativa de investimento de 142M€. -----

O projeto compreende toda a cadeia de produção de Hidrogénio Verde, desde a produção de energia solar, fornecimento de energia à unidade de produção, interligação futura com a rede gás H2Med/EHB e construção de uma HRS e terá uma potência de eletrólise de 75 MW e uma produção máxima de 2991 toneladas/ano de Hidrogénio com 99,999% de pureza, não produzindo emissão de gases de efeito estufa. A concretização deste projeto tem estimado o prazo de 60 meses, pois requer a contratação de terrenos, aprovação de projetos nos domínios industriais, ambientais,



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

mas já lhe expliquei o que vou passar a explicar em público. -----

O que está contratualizado para estas aldeias, que foram intervencionadas para requalificação das condutas de rede, é a substituição de todas as condutas e ramais da aldeia e posteriormente reposição do pavimento onde foi aberta a vala. Na semana passada fui a Vale da Porca, com os técnicos da Câmara, porque nos foi transmitido que o material que estava a ser repostado não tinha qualidade. Havia a intenção de ir a Corujas, que não aconteceu por motivos de agenda, mas tenho intenção de o fazer. No entanto já lhe disse, e volto a dizer, que há duas aldeias, e uma delas é a sua, que estão numa situação mais degradada que as restantes. Já lhe transmiti que durante este mandato, e não agora porque não está previsto em orçamento, nós vamos resolver este assunto. Não foi Miguel? Tenho-me por uma pessoa de palavra e de bem, eu e a restante equipa, e já dissemos, em sede própria, que Corujas é uma aldeia que precisa de ser intervencionada porque não o é há mais de vinte anos. Resumindo, em Corujas está a decorrer a requalificação da rede de água e o que está contratualizado é a reposição da vala, e neste mandato queremos intervir em Corujas porque merece, e precisa há mais de duas décadas”. Disse o Sr. Vice-presidente. -----

A palavra foi passada ao Deputado *Carlos Alberto Fernandes*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do PS que abordando a Feira da Agricultura, e a referência ao evento durante a sessão bem como o sucesso deste, afirmou: “para mim a feira da Agricultura é a essência da economia circular que nós temos. É aqui que nos manifestamos e que a nossa produção chega aos nossos. Produzimos para nós. Partindo do pressuposto de que tudo correu bem vou deixar uma nota ao Executivo. Houve alguns atropelos nos jogos tradicionais. Somos principiantes nesta modalidade, que vem enriquecer o certame mas precisamos de ter os jogos bem estruturados. Assim apelo ao Executivo para que sejam inseridos alguns treinos de jogos nos mercadinhos, para quando se chegar à feira da agricultura, as equipas e as modalidades, sejam inseridas com sucesso. Outro assunto que me traz aqui está relacionado com a educação, pois mais um ano se conseguiu superar a atribuição de bolsas de estudo, tendo atingido o valor de cinquenta e cinco mil euros (55.000.000,00 €), chegando até ao terceiro escalão do subsídio. É de enaltecer porque tudo o que o Executivo diz que quer fazer tem sido evidente em ações deste género.” -----

Ponto 2 - Pedido de Renúncia do Eleito Domingos Ataíde Vaz: Conhecimento à Assembleia Municipal, nos termos do n.º2 do art.º 76.º da Lei n.º 169/99, de 18 de



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

Handwritten signature and initials

de produção de energia renovável e de produção de gases de origem renovável, entre outros. -----

Na proposta formulada, o promotor elenca, entre outras, um conjunto de vantagens que esta Unidade Empresarial traz que passo a transcrever: -----

1) Criação de postos de trabalho altamente qualificados (mais de 50 postos de trabalho diretos e 200 indiretos); -----

2) Perante este projeto âncora, a captação de outros projetos industriais, uma vez que esta atividade contribui para a descarbonização; -----

3) Melhoria da qualidade do ar e do meio ambiente decorrente da integração do hidrogénio no mix energético local; -----

4) Disponibilização de excedentes de eletricidade produzida no parque solar para comunidades de energia ou empresas, potenciando a competitividade local; -----

5) Possibilidade do município beneficiar da cedência prevista no Decreto-Lei n.º15/2022, de 14 de janeiro. -----

Para concretização do exposto manifestou interesse: -----

a) Na aquisição de um terreno com 5 (cinco) hectares no Parque Empresarial de Macedo de Cavaleiros para instalação da unidade de produção. Simultaneamente tem em curso a contratação de terrenos no concelho para a instalação do parque solar fotovoltaico. -----

b) Na obtenção de parecer favorável sobre a localização da unidade de produção a emitir pela Câmara Municipal no âmbito do Decreto-lei n.º 62/2020, de 28 de agosto. --

c) Na obtenção de declaração de interesse público municipal do projeto para os efeitos do artigo 25.º, n.º 3, alínea a) do Decreto-lei n.º 73/2009, de 31 de março, na sua redação atual. -----

Perante esta manifestação de interesse e quanto ao solicitado, o ponto de situação é o seguinte: -----

a) Relativamente ao terreno no Parque Empresarial, os serviços encontram-se a efetuar a sua delimitação, indo de encontro ao solicitado, sendo que o mesmo se enquadrará na área de expansão que está em curso. -----

b) Quanto ao parecer favorável da Câmara Municipal, referente à localização da Unidade de Produção proponho que a Câmara Municipal dê parecer favorável à sua instalação no Parque Empresarial de Macedo de Cavaleiros. -----

c) Quanto à declaração de interesse público municipal do projeto. -----

Numa 1.ª fase, o parque solar fotovoltaico que pretendem criar tem uma área de 150ha para uma produção de 100MWp. Porque a construção deste parque solar ocorrerá em terrenos eventualmente integrados em áreas de RAN, para instrução do



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

processo, solicitam que a Assembleia Municipal considere de interesse público municipal o projeto a instalar-se neste concelho, tal como dispõe o artigo 25.º, n.º 3, alínea a) do Decreto-lei n.º 73/2009, de 31 de março, na sua redação atual, que passo a transcrever: -----

Artigo 25.º -----

Ações de relevante interesse público -----

1 - Podem ser autorizadas, a título excecional, utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN para a realização de ações de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área do desenvolvimento rural e demais áreas envolvidas em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na RAN. -----

2 - O reconhecimento referido no número anterior é formalizado através de requerimento apresentado na DRAP territorialmente competente e dirigido ao membro do Governo responsável pela área do desenvolvimento rural, conforme modelo previsto no anexo III do presente decreto-lei, que dele faz parte integrante. -----

3 - O requerimento é acompanhado dos documentos identificados no anexo II da Portaria n.º 162/2011, de 18 de abril, e dos seguintes elementos adicionais: -----

a) Declaração emitida pela Assembleia Municipal do concelho onde se pretende realizar a ação, comprovando que o projeto é considerado de interesse público municipal.” -----

Perante a factualidade descrita e porque o processo se inicia pela confirmação de terrenos para a construção do parque solar fotovoltaico, o qual será o garante da instalação da Unidade de Produção, pelos fundamentos elencados nos pontos 1 a 5 desta proposta, que avoco e que potenciam o crescimento económico local e emprego, resultado de novas indústrias e serviços associados, bem como a investigação e o surgimento de novas soluções tecnológicas, proponho que a Câmara Municipal aprove a presente proposta no sentido de se reconhecer o interesse público municipal deste projeto a instalar-se no concelho de Macedo de Cavaleiros, solicitando que a Assembleia Municipal se pronuncie no mesmo sentido. -----

Para melhor instrução da presente proposta, anexo memória descritiva do projeto previsto para Macedo de Cavaleiros.” -----

-----A memória descritiva dá-se como transcrita, ficando uma cópia na pasta correspondente a esta reunião, estando a mesma devidamente rubricada por todos os membros do Executivo. -----



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

Handwritten signature and initials

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador *Paulo Rogão*, datada de 14-06-2023, emitindo parecer favorável à instalação da Unidade de Produção no Parque Empresarial de Macedo de Cavaleiros, no âmbito do Decreto-Lei n.º 62/2020, de 28 de agosto, bem como submetê-la à apreciação da próxima Assembleia Municipal, para obtenção de Declaração de Interesse Público Municipal do projeto para efeitos da alínea a) do n.º 3, art.º n.º 25.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra à **Câmara Municipal** para efetuar uma breve apresentação do projeto. -----

Usou a palavra o Vereador *Paulo Rogão* que passou a apresentar a proposta, referindo “trata-se de uma empresa multinacional, sendo a candidatura formalizada por uma empresa do grupo, sediada em Portugal. Não se trata de um ato de campanha e só agora se torna público porque existe a necessidade, em função da candidatura apresentada, de ser submetida à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal. Assim, há uma empresa que se pretende instalar em Macedo de Cavaleiros para produzir hidrogénio verde. Uma produção não poluente, tendo o proponente formalizado a necessidade de terreno no parque empresarial e a Câmara Municipal deliberado nesse sentido, solicitam cinco (5) hectares de terreno para a construção da unidade industrial. Acoplada à unidade industrial a empresa necessita de uma fonte de energia que será fornecida por um parque solar. Este está também sinalizado pela empresa e ficará instalado na zona de Talhas, sendo que pretendem duzentos hectares para a instalação deste parque solar estando o êxito da construção da unidade industrial dependente da sua construção porque para produzir hidrogénio é necessária energia. Ou seja, não havendo parque solar a unidade industrial deixará de existir. Foi submetida à Câmara Municipal a localização da unidade industrial para a candidatura que a empresa irá elaborar no sentido de obter os licenciamentos necessários para laborar. A localização da unidade será no parque empresarial de Macedo de Cavaleiros, na zona da expansão vindo, agora à Assembleia Municipal a Declaração de Interesse Público deste projeto. Declaração que será necessária porque o parque solar, que pretendem construir, abrange muitos terrenos classificados como reserva agrícola. Para os desclassificar torna-se necessário que o projeto seja considerado de Interesse Municipal para com esta declaração a empresa consiga, junto das entidades



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

competentes, desclassificar os terrenos e obter aprovação de construção do parque solar. A proposta que formulei à Câmara Municipal, e que vem agora à Assembleia Municipal, elenca quatro fundamentos, que na minha perspetiva, suportam a decisão favorável da Câmara Municipal no sentido de defender este projeto e de lhe atribuir características de interesse municipal. Assim, com a existência desta unidade passará a existir, em Macedo de Cavaleiros, uma empresa âncora que atrai empresas que operam com recurso à energia de hidrogénio. Outro motivo é a criação de postos de trabalho que a empresa vai gerar que, de acordo com a proposta apresentada, serão entre cinquenta e sessenta postos de trabalho a criar de forma direta, estimando que indiretamente sejam criados cerca de duzentos postos de trabalho. São estimativas mas será uma empresa que vai gerar postos de trabalho com implicações na economia local. Uma terceira vantagem está relacionada com o nível de energia produzido em que parte desta energia, também por força de um diploma legal, será entregue gratuitamente ao município numa percentagem de 0,03%. Têm havido reuniões com os responsáveis desta empresa, que está muito focada em instalar-se, e tem sido transmitido que o êxito deste projeto só depende da existência do parque solar. Em Macedo de Cavaleiros vai passar o gasoduto que vai levar o hidrogénio de Portugal até à Alemanha e esta empresa além de vender hidrogénio pretende injetá-lo nesta conduta, motivo pelo qual optaram por se instalarem em Macedo de Cavaleiros. O projeto que apresentam demora algum tempo a concretizar-se porque carece de vários licenciamentos sendo estimável que em 2027 estejam a produzir hidrogénio. O projeto já está em andamento, a declaração vai permitir-lhes obter alguns licenciamentos junto das entidades competentes e tem uma estimativa de investimento de cerca de cento e quarenta e dois milhões de euros (140.000.000,00 €). Esta é uma empresa multinacional e devemos acreditar nela e acarinhar o projeto pois é essa a nossa função. Se o projeto vai concretizar-se, ou não, não posso garantir mas estamos a dar passos. A empresa já formalizou, junto da Câmara Municipal a atribuição de um lote na Zona Industrial, com a área pretendida e ao trazer o assunto à Assembleia Municipal é já uma garantia de que a empresa pretende instalar-se". Terminou manifestando a sua total disponibilidade para responder a eventuais questões. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu o período de inscrições. Pretenderam usar da palavra: -----



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

Cj
ceb
Az

O Deputado *Jorge Orlando Pires Asseiro*, membro do Grupo Parlamentar do PS, que na sequência da intervenção do Vereador *Paulo Rogão* manifestou já ter reunido várias vezes com o representante da empresa. No primeiro contacto foi-lhe explicado o projeto e a necessidade de encontrar uma área para implementar o parque solar, que inicialmente abrangia uma parte do território de Izeda, fazendo fronteira com a freguesia de Talhinhas e Bagueixe. Relatando que “no dia seguinte voltou e fui mostrar-lhe uma área que faz parte da nossa freguesia, entre Gralhós e Vinhas, com cerca de trezentos hectares sem árvores. O senhor ficou encantado com a zona e disse que ia para baixo, e iria ver a possibilidade de implementar ali o parque solar. Mais tarde regressou e o Presidente da junta de freguesia de Talhas apresentou-lhe outra zona, menos produtiva em termos agrícolas, mas que também possui uma área boa para a implementação do parque solar. O projeto está em andamento, o próprio me transmitiu as vantagens do projeto para a Região, que o Vereador *Paulo Rogão* já referiu, nomeadamente a criação dos postos de trabalho diretos e indiretos. A concretizar-se é um bom projeto para o concelho de Macedo de Cavaleiros, que devíamos aprovar. A dificuldade que me transmitiu, numa das reuniões, é a das pessoas disponibilizarem os terrenos. Neste momento está a pedir que as pessoas celebrem contratos de promessa porque a empresa pretende instalar-se a partir de 2026 e quando chegarem, para se instalarem, terão que ter os terrenos disponíveis.” Referiu. -----

Usou a palavra o Deputado *José António da Silva Madalena*, porta-voz do grupo Parlamentar do PSD referindo ser com gosto falar deste tema. “Em 2005 estive aqui a defender, em nome da bancada do PSD, o projeto eólico de Bornes, pois sou um adepto incondicional das energias renováveis porque penso ser a única via possível para ter um futuro sustentável. Assim, naturalmente, a bancada do PSD acolhe este projeto e será favorável à Declaração de Interesse Público Municipal, apesar de nos suscitar algumas dúvidas porque é uma fase muito embrionária do projeto mas também o é a própria tecnologia. A nível mundial há apenas quatrocentos e setenta megas hertz instalados, embora a carteira de projetos seja duas mil e quinhentas vezes maior, tal é a prospeção de zonas e de locais para a instalação de centrais deste tipo para a produção de hidrogénio verde. Tenho acompanhado alguns projetos que estão a ser desenvolvidos no nosso território e tenho algumas questões nomeadamente a questão a água. Tive acesso à declaração de impacto ambiental,



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

aprovada no mês de junho, para o parque solar da Galp H2 Parque, na zona de Sines, tendo a declaração sido favorável mas com condicionantes com cerca de 80 medidas de mitigação, sendo uma delas relacionado com a questão do fornecimento de água, impondo que a água a fornecer deverá ser a partir de uma estação de tratamento de águas residuais, neste caso, das águas de Santo André embora admitam que numa fase inicial possam advir de outra fonte. Empreendimentos desta natureza consomem cerca de sete litros por cada grama de hidrogénio produzido. Outro tipo de condicionantes poderão surgir, tendo que passar por um estudo de impacto ambiental mas ainda estamos na fase anterior, na que tem a ver com a declaração que é necessária. O próprio parque solar, como aqui se viu, necessita da emissão de declaração de interesse público para que se possa construir em terrenos abrangidos pela reserva agrícola nacional. A empresa tem o cuidado de especificar que vai colocar painéis solares elevados que sejam compatível com a prática agrícola, de modo a não deixar os terrenos inutilizados mas sim compatíveis com a pastorícia. No maior parque solar da europa, que está a ser construído em Portugal, o parque Fernando Pessoa, pela Iberdrola, a empresa vai disponibilizar para a pastorícia, de forma livre, os mesmos terrenos. Neste caso concreto, penso que a empresa terá esse cuidado mas a zona que está prevista para a colocação do parque solar dista, grosso modo, de mais de 20 kms relativamente à zona de produção e terá que ter uma linha de alta tensão a atravessar o território, nomeadamente entre a área da paisagem protegida do Azibo. Esperemos que todas estas condicionantes ambientais venham a ser superadas com sucesso e que a unidade seja uma realidade. Outra questão que me preocupa está relacionada com a empresa que promove o projeto, que me parece algo frágil, em termos de estrutura de capitais. Sei que poderá ser esta empresa a iniciar o projeto e não a finalizá-lo mas, naturalmente, é preciso dar o primeiro passo e vamos acreditar que isto vai acontecer”. Referiu o Deputado que terminou a sua intervenção manifestando algumas dúvidas e reservas, que espera sejam resolvidas e superadas “porque seria um projeto muito importante para o nosso concelho”.-----

Usou a palavra o deputado *Manuel Mico* que tendo ficado “com dúvidas” afiançou que o grupo parlamentar do PS votará a favor da emissão a declaração, pois trata-se de um projeto “que faz falta a Macedo”, questionando se a empresa tem algum projeto semelhante para apresentar em Portugal e se existe a possibilidade desta abandonar o projeto depois de conseguir o parque solar. Ao Deputado Jorge Asseiro deixou a



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

Cij
elr
X

sugestão de criar uma comissão, entre as duas freguesias onde o parque solar poderá ser instalado, constituída por não residentes, que trabalhe no sentido de conseguir os terrenos necessários à instalação do parque solar. -----

Usou a palavra a deputada *Daniela Rebelo*, referindo que o CDS aplaude, sempre, a instalação em Macedo de Cavaleiros de um grande investidor porque acreditam que a fixação da população e o crescimento do Concelho está diretamente relacionada com o desenvolvimento da Zona Industrial e Oficinal. Assim, e sendo uma preocupação que têm vindo a abordar com frequência, questionou se “a empresa foi encaminhada e é um fruto da Associação Portuguesa de Parques Industriais –AAPE, à qual o município aderiu há alguns meses. No documento que nos chegou foram enumeradas algumas vantagens, entre as quais a melhoria da qualidade do ar, do meio ambiente decorrente da integração do hidrogénio no *mix* energético local que nos levantam algumas dúvidas. Há cerca de duas semanas António Costa, especialista em energia e Presidente da Associação Portuguesa de Energias Renováveis, deu uma entrevista na SIC – notícias, na qual deu ênfase ao facto das tubagens que existem na rede de transporte do gás natural serem permeáveis à saída de hidrogénio, ou seja, só se conseguem injetar entre 10 a 15%, no máximo, de hidrogénio na rede existente, o que nos conduz à questão se vão injetar na rede ou existe desperdício, ou será necessária uma nova estruturação para tirar proveito desta iniciativa. Questão que não retira o mérito à iniciativa mas que requer ponderação. Outra ideia adiantada foi que vamos ter injeção de hidrogénio na rede local, ou engarrafamento, de excedente. Este excedente é o que é referido como gratuito? Esta situação não faz muito sentido porque vamos perder imenso. Se é o excedente de energia solar produzida no parque que vai ser cedida gratuitamente ao município como é que este vai aplicar este excedente: estritamente em equipamentos públicos ou é aqui que entra a competitividade local quando também referem que será para comunidades de energia e questiono a que se referem. Sendo empresas se estas são de grande necessidade, como as instaladas na Zona Industrial e Oficinal ou estamos a falar de empresas num panorama geral, da maior à menor e como vamos aqui aumentar a competitividade local?” Questionou. ----

A palavra passou para o Deputado *António Vila Franca* para manifestar que o Grupo Unidos por Macedo se regozija pela proposta em apreciação, sendo o hidrogénio, enquanto fonte de energia, uma oportunidade de crescimento económico e



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

desenvolvimento sustentável, que era parte integrante do programa eleitoral do movimento “Unidos por Macedo”, ficando “muito contentes com a perspetiva que aqui se abre. Um dos nossos receios já foi mencionado pelo Deputado *José Madalena*, que é relativo ao capital social da empresa ser muito reduzido, que causa alguma estranheza. No entanto, damos o nosso voto de confiança à Câmara Municipal e à sua capacidade de seriação, trabalho e pesquisa do historial desta empresa.” Terminou. ---

Usou a palavra o Deputado *Duarte Dias*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do PS, que considerou ser o hidrogénio, uma boa alternativa à mobilidade elétrica que “atingirá um limite porque as estruturas elétricas não irão aguentar ter 100% do parque automóvel a efetuar carregamentos. O hidrogénio abre um panorama interessante sobretudo para transporte de pesados onde poderá existir uma grande compensação no uso de hidrogénio. Já aqui se falou no impacto ambiental e eu também li, que neste momento, existem novas tecnologias que também permitem o reaproveitamento da água. Este projeto trará novas empresas ao concelho porque estando aqui a produção, e sendo a mobilidade a hidrogénio uma realidade do futuro próximo, outras empresas, quer de distribuição, quer de produção e da logística poderão deslocar-se para aqui o que será de interesse público pelos empregos que vai gerar de forma direta e indireta, mas também pelo futuro das empresas que irão girar à volta, este é, sem dúvida um bom projeto. Lanço uma questão, porque li que havia uma quota que seria dada para carregadores, diria que a quantidade oferecida é pouca e devemos olhar para o que é o médio e se isto não seria uma oportunidade para criar um ponto de carregamento rápido na Zona Industrial, ou mesmo na cidade porque neste momento não há, no distrito de Bragança, um ponto desse género. Somos centrais no distrito, temos boas linhas de comunicação, com bastante trânsito a passar por aqui e podia ser uma questão interessante. O facto de serem utilizadas as fontes de energia renováveis pode, por si só, ser um atrativo, porque o preço da energia também será mais reduzido. Seria interessante negociar a potência que se pode receber. Fica a questão para uma possível resposta e a ideia de um ponto de carregamento rápido”. --

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à **Câmara Municipal** para responder às interpolações do Deputados Municipais. -----

Usou a palavra o Vereador *Paulo Rogão*, responsável pela proposta que frisou ser a



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

Gj
cet
fr

fase inicial de um projeto, que as dúvidas que surgem são legítimas e que se dissiparão à medida que o projeto vai ganhando dimensão. Quanto à questão da água, “elemento essencial para a produção de hidrogénio” o Vereador afiançou que nesse sentido, “já fizemos reuniões com as Águas do Norte no sentido de averiguar se na Zona Industrial garantem à empresa a quantidade de água necessária para laborar. A estimativa fornecida indica que a necessidade média de água diária é de 230 metros cúbicos, sendo que no período entre abril e outubro poderá chegar a 556 metros cúbicos por dia. As Águas do Norte garantem a totalidade para o dia-a-dia e para o período de maior consumo entre 40 a 50% da água, mas a empresa precisa de dados mais fiáveis e ter salvaguardada a questão do período de maior consumo. Assim, já reuni com a Associação de Regantes para perceber se é possível, através do canal, bombear água para a Zona industrial, garantindo, desta forma, a percentagem em falta. A Associação de Regantes mostrou-se disponível, sendo certo que é necessário junto de quem a tutela, pois trata-se de uma água para fins agrícolas que neste caso tem um fim diferente, de obter pareceres, que em princípio serão favoráveis, para poder utilizar esta água. Em simultâneo, já reuni com a APA para tentar encontrar outra solução. Existe a Barragem da Carvalheira que é uma reserva de água que há anos não é utilizada, com uma questão: de quem é a Barragem? Uns dizem que é da Câmara Municipal, outros que não é. Estou a tentar clarificar esta situação porque é uma reserva de água que pode ser utilizada. Assim, a questão da água é um assunto que está a ser tratado e a própria empresa afirma que o projeto ganha dimensão pela quantidade de água que lhes é garantida e tudo leva a crer que o empreendimento ganha o seu rumo para ter êxito no final. Existe, ainda, a possibilidade de utilizar águas residuais, uma vertente que também está em cima da mesa no sentido de colmatar alguma falta de água que possa vir a acontecer”. -----

Em resposta ao deputado *Manuel Mico*, que questionou se a empresa em causa tem outros projetos a decorrer, o Vereador informou que a mesma empresa está a desenvolver “dois projetos em Portugal, um em Vila Velha de Rodão e outro em Elvas. Dois projetos diferentes mas com a mesma finalidade. O Grupo DH2 Energy já tem duas unidades de produção a laborar, em Espanha. Uma na província de Huesca e outra em Ourense, nas Astúrias. Quanto à construção do parque solar, e possível abandono, não lhe sei responder, sendo que existe uma *nuance* que me permite concluir que não o farão. A concretização do parque solar vai para o limite do Concelho e a empresa terá duas formas de trazer a energia para a unidade de



Assembleia Municipal – 3.^a Sessão Ordinária

produção: utilizar a rede que existe ou construir uma rede própria. É intenção da empresa contruir uma rede própria e esta intenção leva-me a concluir que há a intenção e construir a unidade de produção. A construção de uma rede própria, com 20 kms de extensão, e com os encargos inerentes, leva a concluir que não tenham essa intenção”. Quanto às questões colocadas pela Deputada *Daniela Rebelo*, o Vereador afirmou que não foi uma empresa indicada pela AAPE mas que se trata de uma empresa que abordou o município, tal como outras já o fizeram, com alguma dimensão, que pretendem instalar-se em Macedo de Cavaleiros, movidas por um fator atrativo comum: a localização do Parque Empresarial, servido pela A4 e pelo IP2, motivo que se alia ao facto desta ter boa apresentação e estar dotada de todas as infraestruturas. “E aproveitamos para apresentar o projeto de expansão com que estamos a avançar”, frisou. Quanto aos excedentes de energia, existem duas situações: a energia que produzem, o hidrogénio, por força do diploma referenciado na proposta, e a produção de energia excedente, que a empresa vai vender para além da que irá ser inserido do gasoduto. “É necessário ter em conta que em 2030 o transporte de pesados, por força da norma comunitária, será assegurado só por hidrogénio. O termos localizada, em Macedo de Cavaleiros, uma indústria que produz e vende hidrogénio é benéfico e pode constituir-se como um projeto âncora para outras empresas que possam vir a instalar-se no parque empresarial, que necessitem de hidrogénio e para o transporte rodoviário ou pesado que aqui passa e que saberão que existe aqui um posto de abastecimento”. Quanto ao Capital Social da Empresa, preocupação manifestada pelo Deputado *António Vila Franca*, o Vereador salientou que se trata de um projeto inicial, de uma empresa que faz parte do grupo DH2 Energy, empresa multinacional com sede em Madrid, a laborar em vários países Europeus e da América do Sul e que cria empresas nos países onde labora. Em Portugal constituiu a DH2 Energy Portugal, com o capital social que temos, não sendo um problema neste momento desde que tenha um grupo, que é o caso, ou, “como referiu o Deputado a esta empresa começa a tratar da burocracia para o arranque e quando começar o investimento, será o grupo que assume”. Para finalizar, o Vereador esclareceu que a deliberação de hoje não é no sentido do compromisso com a empresa, o que a Assembleia vai fazer é ir ao encontro de uma pretensão de uma empresa, que se quer instalar em Macedo de Cavaleiros e a Assembleia está a considerar que o projeto é de Interesse Público Municipal. Explicando que, se por qualquer vicissitude, o projeto não se vier a concretizar, nada vincula a Assembleia



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

Cij
ceb
fr

pela deliberação que tomou. Trata-se da emissão de um documento para instruir a candidatura junto das entidades competentes para emissão de licenciamentos. -----

Usou a palavra a Deputada *Daniela Rebelo* para questionar se dentro da possibilidade de concretização do projeto e da expectativa de excedente qual a hipótese de utilização deste. Pois, sendo este excedente uma das vantagens inúmeras “é necessário ter algum conteúdo para entender como o vão atribuir”. -----

Usou a palavra o deputado *António Vila Franca* para referiu: “A Câmara Municipal ampliou a Zona Industrial com o objetivo de dar resposta a novas solicitações. Atendendo à área que a empresa pretende ocupar a Câmara vai manter em reserva a área pretendida, pondo em causa novas solicitações?”, Questionou. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Deputado *José Madalena*. No uso da palavra o Deputado pretendeu clarificar a Assembleia da sua posição e da posição da bancada do Grupo Parlamentar do PSD, quanto ao tema em discussão. O Deputado manifestou serem legítimas as dúvidas colocadas relacionadas com a empresa em si, e com a sua capacidade em concretizar o projeto, pois acompanha de perto a questão do hidrogénio e sabe que “existem no momento cerca de 21 projetos no país mas de dimensão menor, na ordem dos 10 mega watts de eletrolisadores, que já tiveram apoio do fundo ambiental, de 102 milhões de euros, pois estas empresa têm, necessariamente, de ter apoio dos fundos comunitários pois, neste momento, o hidrogénio ainda não é economicamente viável, saindo ainda a cerca de 2,5 vezes o quilo mais caro que o hidrogénio cinzento, utilizado na indústria”. Considerando que esta forma de produzir energia ainda está muito indefinida, mas que seria, sem dúvida, “uma grande vantagem ter na Zona Industrial um posto de abastecimento de hidrogénio, que só existe em Cascais. E acredito que o futuro do transporte pesado de mercadorias e de passageiros será forçosamente feito através de hidrogénio. Trata-se de viaturas elétricas que em vez de baterias usam células de combustível para gerar energia. Face à dimensão deste projeto, com um investimento de 141 milhões, tendo a mesma empresa, um projeto de 160 milhões, em Vila Nova de Rodão, o que totaliza um investimento de duzentos milhões e vejo parques desta dimensão, nomeadamente dois que existem em Sines, mas promovidos por empresas com outra estrutura e capacidade de endividamento. Mas queira Deus que esta



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

oportunidade se concretize pois seria muito benéfico para o Concelho”, manifestou o Deputado. -----

A palavra foi passada à Câmara Municipal para responder às interpolações dos Deputados Municipais. Usou a palavra o Vereador *Paulo Rogão* para responder à deputada *Daniela Rebelo* que a Câmara ainda não tem ideia de onde irá aplicar a energia recebida por via do Diploma legal porque “estamos em fase de projeto. Vamos ver o amadurecimento dele e quando estiver mais concretizado, lá para 2027, aí sim a Câmara vai saber onde vai aplicar a energia que irá receber por força da concretização do projeto”. Ao deputado *António Vila Franca*, cuja questão foi a propósito dos terrenos, o Vereador referiu que o Município irá reservar cinco hectares, espaço solicitado pela empresa, localizados na unidade n.º4, relativa à área de expansão da Zona Industrial. A declaração emitida em Reunião de Câmara foi no sentido da reserva deste espaço, com declaração de localização desta unidade no Parque Empresarial e com esta dimensão de cinco hectares só existe disponibilidade na área de expansão, sendo certo, que o projeto de expansão da execução da unidade n.º4 está adjudicado e em andamento. Ao elaborar esse projeto a equipa projetista já vai contemplar esta área como sendo um único lote. Corremos é o risco de mais tarde o projeto não se vir a concretizar mas a área continua a ser nossa. Está condicionada à empresa e mais tarde vamos ver”, terminou. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a proposta à votação do plenário. -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, nos termos do disposto na alínea *k*) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, por maioria, com cinquenta e oito votos a favor (58) e uma (1) abstenção, reconhecer e considerar de modo expresse e inequívoco, nos termos do previsto na alínea *a*) do n.º 3 do art.º 25.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, na sua atual redação, que a instalação do projeto designado por “Projeto Macedo de Cavaleiros Green h2/Instalação de uma Unidade Industrial de Produção de Hidrogénio Verde no Concelho de Macedo de Cavaleiros” tem comprovado Interesse Público Municipal. -----



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

Gj
/

Ponto 4 - Concessão do Direito de Exploração da Cafetaria, sita no Parque Urbano de Macedo de Cavaleiros- Aprovação de Peças – Procedimento n. CE 10/2023: Ratificação nos termos da alínea p) do n.º1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013. -----

-----Presente a Informação do Departamento de Obras e Gestão Urbanística, datada de 24-05-2023, que se transcreve: -----

“No seguimento da informação n.º 134/2023 desta secção e do despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues, de 17/05/2023, com vista à abertura do concurso público supramencionado, coloca-se à consideração Superior: -----

- A aprovação do programa do procedimento e do caderno de encargos, conforme n.º 2 do artigo 40.º do Código dos Contratos Públicos; -----

- Que seja publicado na página web do município: www.cm-macedodecavaleiros.pt., nos locais de estilo do Município e ainda noutros locais que, face às circunstâncias concretas, forem considerados convenientes, nomeadamente na Rádio Onda Livre; ---

- Que as propostas sejam apresentadas em formato papel e encerradas em invólucro opaco e fechado, tendo escrito no exterior, além do nome, morada e ou sede do social do concorrente a indicação de “Proposta para Concessão do Direito de Exploração da Cafetaria, sita no Parque Urbano de Macedo de Cavaleiros”, sendo as mesmas dirigidas ao Sr. Presidente da Câmara Municipal; -----

- A nomeação do júri, composto em número ímpar, por um mínimo de três efetivos, um dos quais presidirá e dois suplentes, conforme artigo 67.º do CCP; -----

- Que seja designado o Gestor de Contrato, conforme nº 1 do artigo 290.º-A do CCP.” -

-----A Sra. Diretora do Departamento de Obras e Gestão Urbanística, em 25-05-2023, deu o seguinte Parecer: “Concordo com o proposto na informação. -----

Para Júri do procedimento proponho: -----

Presidente: Paulo Silva; Vogais: Manuela Carvalho; Joana Angélico; Suplentes: Cristina Ferreira e Ester Santos. -----

Para gestor do contrato: Manuela Carvalho. -----

-----Dado que o concurso antes iniciado não obteve qualquer proposta, e por ser necessário reduzir a base para quinhentos euros (500,00 €), no sentido de incentivar os concorrentes, e ainda no sentido de agilizar o processo este já foi reiniciado mantendo todos os pressupostos exceto a base de licitação, proponho que o assunto seja presente em reunião de câmara, para ratificação.” -----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, em 26-05-2023 proferiu o seguinte Despacho: “Em conformidade com a informação e parecer: -----



Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Ordinária

Aprovo o programa do procedimento e do caderno de encargos, que rubrico; -----

- Publique-se na página web do município e noutros locais que, face às circunstâncias concretas, forem consideradas convenientes; -----

- As propostas serão obrigatoriamente apresentadas em formato papel dirigidas ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e encerradas em invólucro opaco e fechado, com a descrição no exterior, do nome, morada e ou selo do social do concorrente e a indicação de “Proposta para Concessão do Direito de Exploração da Cafetaria, sita no Parque Urbano de Macedo de Cavaleiros.” -----

Designo o seguinte Júri em quem delego todas as competências delegáveis: -----

Presidente - Paulo Silva (Chefe de Divisão); Vogais - Manuela Carvalho (Coordenadora) e Joana Angélico (Assistente Técnica); -----

Suplentes - Cristina Ferreira (Diretora de Departamento) e Ester Santos (Assistente Técnica). -----

Nomeio a Coordenadora Manuela Carvalho como gestor do contrato.” -----

----- O Sr. Presidente da Câmara Municipal, em 31-05-2023, proferiu o seguinte Despacho: “À Câmara Municipal para ratificação.” -----

-----O Programa do Procedimento dá-se como transcrito, ficando uma cópia na pasta correspondente a esta reunião, estando a mesma devidamente rubricada por todos os membros do Executivo. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datado de 31-05-2023, bem como submetê-lo a ratificação da Assembleia Municipal. -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datado de 31-05-2023. -----

Eram doze horas e trinta e seis minutos e não havendo mais nada a tratar, foi pelo Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Ex. mos. Presidente, 1º e 2º Secretários.-----

